

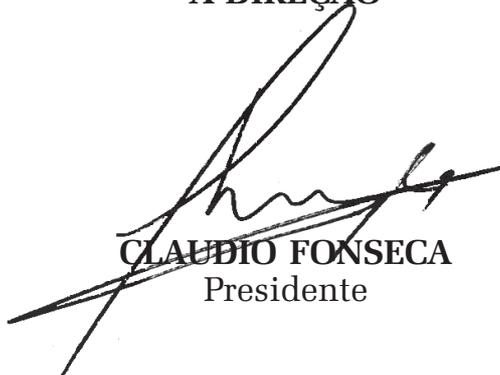
Com o tema "Educação pública: qual a qualidade que faz a diferença?", o 18º Congresso Anual do SINPEEM assume o desafio de debater os principais problemas enfrentados pelos profissionais de educação nos dias atuais, desde a precarização do ensino público à questão da violência nas escolas.

Durante os cinco dias do evento, serão apresentados dois painéis, 30 palestras e 18 projetos pedagógicos desenvolvidos nas escolas da rede municipal de São Paulo por profissionais do magistério comprometidos com a qualidade do ensino público.

Neste caderno, além das sinopses dos projetos pedagógicos, os congressistas têm à disposição sínteses dos debates que serão apresentados no Congresso, com ênfase para a importância da educação no desenvolvimento humano.

DESEJAMOS A TODOS UM ÓTIMO CONGRESSO!

A DIREÇÃO



CLAUDIO FONSECA
Presidente



Obs.: os textos e a revisão dos mesmos são de EXCLUSIVA responsabilidade dos autores.

Até o fechamento deste caderno alguns palestrantes e participantes dos projetos pedagógicos não haviam entregado suas sinopses, o que impossibilitou a publicação. Por este motivo, não haverá impressão destes textos para o 18º Congresso.

PAINÉIS

As escolas invisíveis.....	5
A proposta do CAQI: o primeiro passo para construir uma escola de qualidade no Brasil	6
O custo da educação no Brasil	6
A qualidade que faz a diferença	7

GRUPOS DE INTERESSE

Gestão democrática e a participação da comunidade na busca de qualidade de ensino	8
Janela mágica: o cinema e o teatro em sala de aula – A escola no teatro e o teatro na escola	9
Teoria da Educação de John Dewey: contribuições para uma pedagogia da infância	10
Pedagogias da infância	11
Reconstruindo uma práxis de participação	11
Conhecimento, educação e leitura dentro e fora dos oceanos da Internet	12
É na sala de aula que se produz o fracasso escolar?	13
Estado e políticas de EJA – Os índices do analfabetismo no Brasil: uma breve discussão	13
Professor: tecnólogo do ensino ou agente social?	14
Educar nas ondas do rádio Educom – Educar nas ondas do rádio: os possíveis caminhos da Lei Educom	15
Quadro de apoio, escola e comunidade – O funcionário como agente do processo educativo	16
O universo infinito da leitura – A literatura como promessa de felicidade - história de leitura e criação	17
O universo infinito da leitura – A importância da poesia para as crianças	17
Alunos com baixo rendimento escolar: talentos desperdiçados – Crianças, tramas e cirandas – uma breve história da travessia escolar	18
Planeta terra: preservar é preciso, conscientizar também é preciso – Um novo século: uma nova era de desenvolvimento	18
Planeta Terra: por uma educação sustentável – Educação ambiental deveria ser matéria vertical	19
A arte de contar histórias: tradição e ciberespaço	20
A arte da narrativa de arte-educar	20
Profissão professor: vivendo e trabalhando com dignidade – o ser professor e a conquista do seu espaço	21
A valorização do profissional do quadro de apoio	22
O professor está doente? Desafios e perspectivas da saúde do professor – Desafios e perspectivas sobre a saúde no trabalho dos profissionais em educação	23
Uma experiência de pesquisa e formação em saúde e trabalho, na perspectiva de gênero, com trabalhadores de escolas públicas	23
Violência nas escolas – Prevenção em saúde mental e da violência	24
Construir a qualidade na educação infantil	24
Alcoolismo e uso indevido de drogas na adolescência: todos são responsáveis	25
Colorindo e musicalizando a creche e a escola de educação infantil – Colorindo a creche e a escola de educação infantil	27
Musicalizando a creche e a escola de educação infantil – Da linguagem pré-verbal à verbal, uma construção numa perspectiva psicopedagógica	27
Culturas híbridas nas escolas: um diferencial de qualidade – Pensar a cultura mestiça na escola: multiculturalismo e movimentos sociais	28
Educação etnocêntrica ou anti-racista? Reflexões preliminares	29
As possibilidades de propostas realistas de inclusão escolar – Serviço de Apoio à Inclusão: a experiência da Apae de São Paulo	30
Pessoas com deficiência: inclusão social e educação inclusiva	30
Formação de docentes na modernidade: existem soluções para velhos problemas?	31
Conectando a matemática: desmistificando um bicho-de-sete-cabeças – Brincando com a Matemática e multiplicando o saber	32
Conectando a Matemática na Vida: um jeito de desmistificar um bicho-de-sete-cabeças	33

PROJETOS PEDAGÓGICOS

Super-herói – vote e escolha o melhor!	34
Dê asas à musicalização	34
Uma história é feita de muitas histórias – 50 anos da Emei Ricardo Gonçalves	35
Oficinas de férias	35
Autonomia, responsabilidade e solidariedade: vivenciando a assembleia de crianças	36
Formiguinha	36
Ciências na educação infantil: descobrindo a natureza e seus mistérios	37
Ciências na educação infantil: pondo a mão na massa!	38
Ser – valorização do “eu”	38
Musitando: um novo olhar para as práticas pedagógicas no CEI	39
Acolhimento: um momento de várias vivências	39
Períodos de adaptação com a mãe dentro da escola	40

PAINÉIS

DIA 18/09 - 9h30 ÀS 12h30

Educação pública: qual a qualidade que faz a diferença?

As escolas invisíveis

***José Pacheco**

No Brasil, há muitos professores que dão sentido às suas vidas, dando sentido à vida das crianças e das escolas. Sinto-me um privilegiado por, após três décadas de trabalho numa escola que ousou provar que a utopia é realizável, encontrar no Brasil tanta generosidade e responsável ousadia.

Em cada viagem, junto mais uma ou duas novas escolas ao já extenso rol. No extremo norte do país, um colégio busca a forma ideal de escola que dê a todos garantia do exercício da cidadania e de realização pessoal. Num hospital do sul, uma equipe de professores, técnicos de serviço social, animadores e voluntários suavizam os dias de crianças doentes. Num lugarejo perdido do Nordeste, a fé pedagógica faz milagres. Em Santa Catarina, crescem as paredes de uma escola sem paredes, que concretizará o sonho de um pequeno grupo de educadores.

Em São Paulo, por detrás de um pesado portão protetor, um jardim-de-infância feito à medida da criança comove o visitante mais insensível. Na periferia da grande metrópole, professores e pais juntam-se a amigos e pesquisadores, para dar forma a um projeto que transformou “salas de aula” em “espaços de estudo”. Numa escola do Rio, os sonhos de uma escola à medida do Homem ganham forma. Sob o “mar de Minas”, uma mulher empenha-se na humanização de uma academia de polícia. Na Bahia, um homem bom reinventou modos de ensinar e aprender, e um grupo de voluntários leva esperança a uma escola no interior de uma favela. Perto do lugar onde Cora viveu a tenda de circo

resgata a vocação da escola. Em pleno centro da capital, uma ONG suporta a humanização do sistema de relações numa escola antes condenada à desativação.

Porém, permanecem invisíveis essas escolas. Por uma boa razão: a visibilidade social volta-se contra os projetos de mudança que essas escolas empreenderam.

Poderão pensar os mais céticos que se trata de um devaneio. Pois que continuem a pensar. O Brasil desconhece o que tem de melhor. Uma reforma silenciosa está acontecendo em muitas escolas. Os professores que as habitam não recebem reconhecimento público. Por vezes, recebem injustiça, mas dão lições de resiliência. São mal remunerados, mas não usam o baixo salário como álibi para a inação. Constroem uma escola para todos com garantia de excelência acadêmica. Colecionam dificuldades e incompreensões. Fazem milagres com os recursos de que dispõem, que o Brasil não é pobre em recursos humanos.

Os educadores anônimos que habitam as escolas invisíveis tecem uma rede de fraternidade. São fontes de esperança condenadas a acreditar que, pela Educação, o Brasil há de chegar ao exercício de uma cidadania plena.

*** José Pacheco** é licenciado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Mestre em Educação da Criança (pela mesma universidade) e professor na Escola da Ponte (Vila das Aves).

Especialista em Música e em Leitura e Escrita, José Pacheco, de 52 anos, coordena desde 1976 a Escola da Ponte, instituição pública que se notabilizou pelo projeto educativo inovador, baseado na autonomia dos estudantes. O educador português, que se diz “um louco com noções de prática”, é mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

DIA 18/09 - 14h30 ÀS 17h30

O custo da educação no Brasil

A proposta do CAQI: o primeiro passo para construir uma escola de qualidade no Brasil

*** José Marcelino de Rezende Pinto**

Neste trabalho apresentamos os principais desafios para se assegurar uma educação de qualidade tendo por base o atual padrão de financiamento, centrado na vinculação constitucional de recursos e nos fundos contábeis. Em seguida é apresentada a proposta do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI), detalhando seus pressupostos, metodologia e valores encontrados. Finalmente é apresentada uma estimativa dos custos de implantação do CAQI considerando duas situações de matrícula na educação básica, a atual e aquelas definidas no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001).

Os resultados mostram que, muito embora os va-

lores obtidos para o CAQI sejam inferiores àqueles praticados pelas melhores redes públicas do país, eles representam cerca de duas vezes a estimativa do valor/aluno mínimo nacional (séries iniciais) a ser propiciado pelo Fundeb, em 2007. Para sua implementação, estima-se a necessidade de uma ampliação dos gastos públicos em educação em 1%, para atender a matrícula atual, e em 4% do PIB para atender as metas do PNE.

*** José Marcelino Rezende Pinto** – professor associado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, doutor pela Unicamp e atual presidente do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto. É autor, juntamente com Denise Carreira, do livro *Custo Aluno Qualidade Inicial*, pela Global Editora.

O custo da educação no Brasil

*** Samuel Pessoa**

O presente artigo investiga o diferencial de salários e do contrato de trabalho entre os professores da rede pública e da rede privada de ensino. Para isso, utilizam os dados do censo e a partir deste os salários médios dos professores das duas redes de ensino, para o Brasil e seus demais Estados. Em seguida, calculamos o diferencial de salários público-privado que é a razão entre o salário público e o privado.

Os resultados mostram que o salário dos professo-

res em São Paulo é superior à média nacional. Os professores da rede paulista recebem um salário superior ao pago na rede privada, e quando recebem um salário inferior, este é mais próximo do pago à rede privado do que no resto do país.

Mostra-se, ainda, que o diferencial de salários público-privado é muitas vezes favorável ao setor público. Quando este diferencial favorece o setor privado, o professor da rede pública recebe um salário não mais do que 11% inferior ao da rede privada, no ensino secundário.

Por último, calculamos o valor presente (VP) do contrato de trabalho (o valor presente dos salários mais os benefícios de aposentadoria) na rede pública e na privada. Os resultados mostram que o VP do contrato de trabalho do ensino público é pelo menos tão alto quanto o VP do contrato de trabalho privado. A exceção ocorre no ensino secundário, onde o contrato de trabalho público é inferior ao contrato de trabalho privado.

* **Samuel Pessoa:** doutor em Economia, USP, 1994, atua como professor assistente, Escola de Pós-graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV), pesquisador nas áreas de Economia Regional, Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Leciona as seguintes disciplinas: Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Econômico II, Teoria Macroeconômica II, Comércio Internacional e Matemática. Algumas publicações: “Testing Production Functions Used in Empirical Growth Studies”, em co-autoria com Pedro Cavalcanti Ferreira & João Victor Issler, *Economics Letters*, vol. 83, 2004. “A Note on Cole and Stockman”, em co-autoria com Paulo Barelli, *International Economic Review*, vol. 45, 2004.

A qualidade que faz a diferença

* **Max G. Haetinger**

Vivemos em um mundo de mudanças dos processos de comunicação, das formas como agimos, fazemos e aprendemos em nosso cotidiano. Sabemos que não existem problemas simples, pois como nos lembra Edgar Morin, somos seres complexos e planetários em uma sociedade em profunda transformação que requer aprendizagem constante. Desta forma é claro que estes novos contextos nos trazem novos desafios.

Esta busca de mudança vem movendo as discussões da comunidade educativa nos últimos anos. Que mudança realizar? Dos métodos, das praxis, do comportamento, da tecnologia?

Na verdade são muitas e profundas as mudanças necessárias neste momento social em que vivemos. Começamos pelo desafio de conviver, viver, aprender e aceitar a “diversidade”. Circulamos pela diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual, de acesso, econômica, entre outras.

A escola está preparada para trabalhar com toda esta diversidade? Estamos preparados, por exemplo, para educar crianças com necessidades especiais? Outro grande desafio é a pluralidade de conhecimento e informação. Da velha frase de Sócrates “Quanto mais sei, sei que nada sei” ao Ciberespaço de Pierre Lévy, a informação e o conhecimento, ampliaram-se sensivelmente, tornando a frase de Sócrates ainda mais atual.

Este segundo desafio nos ensina a aprender com todos, e a lembrar que o professor deve ser um facilita-

dor entre o sujeito e o conhecimento e não pensar ser o “dono do saber” como no racionalismo. O terceiro desafio é o de ter uma práxis de comunicação e ação em sala de aula, promova a interação educacional que tenha como princípio uma linguagem interativa e, se possível, cooperativa e colaborativa.

O quarto desafio propõe uma transformação comportamental extrema, de atualização da escola e suas metodologias frente a novas necessidades sociais e culturais. Estamos falando da mudança do pensar racional e linear, que estruturou a escola anos, para um pensar criativo, não linear e apoiado pelas novas tecnologias. Oferecendo aos alunos uma educação que enfatize a expressão, a autoria emancipatória e construtora de seres humanos que não só detenham informações, mas que também desenvolvam valores, ética e capacidade crítica.

Certamente muitos outros desafios existem ou vão surgir para nós educadores, onde a reinvenção, a inovação e a ousadia serão qualidades necessárias, pois segundo Paulo Freire, educadores são “alavancas de transformação”.

* **Max G. Haetinger** cursou a Escola Superior de Educação Física, a Faculdade de Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Economia na PUC-RS. É pós-graduado em Informática na educação (UFRGS), Psicopedagogia (Cândido Mendes), Técnicas de Expressão Criadora (Lyon, França). Mestre em Educação (Winc.EUA), Mestre em Educação a distância (AWU/EUA) e aluno especial do doutorado em Informática na Educação (UFRGS).

GRUPOS DE INTERESSE

DIA 19/09 - 8h30 ÀS 12h30

Gestão democrática e a participação da comunidade na busca de qualidade de ensino

*** Vitor Henrique Paro**

Tomada a qualidade do ensino numa perspectiva ético-política que privilegia a formação do cidadão atuante numa sociedade democrática, e considerando a imprescindível coerência entre atos e palavras para a concretização dessa formação, a escola só pode ser organizada e funcionar de modo a realizar tais fins, quando garante a condição de sujeitos autônomos e participantes a todos os que atuam e se relacionam na realidade escolar, aí incluídos os educadores e demais funcionários, os alunos, seus pais ou responsáveis e a comunidade externa interessada no ensino. Com relação aos pais ou responsáveis, a gestão escolar, entendida como mediação para o alcance dos fins educativos de uma sociedade democrática, precisa propiciar sua participação efetiva tanto como um direito (pois que democracia não se faz sem o controle democrático do Estado) quanto como uma necessidade (posto que a educação não prescinde da ação da família e da sociedade na tarefa de atualização histórico-cultural dos cidadãos).

No processo de construção da gestão escolar democrática, devem ser levados em conta tanto as condutas e procedimentos do dia-a-dia, quanto às medidas institucionais de organização e funcionamento da

instituição educativa. Dentre estas últimas, o conselho de escola é um dos elementos mais importante por representar a oportunidade da expressão e atuação de todos os setores envolvidos na ação escolar e por constituir-se em síntese das aspirações individuais e coletivas e das possibilidades de organização da democratização da escola.

Além disso, é preciso pensar em formas democráticas de conceber a própria estrutura de poder na escola, avançando para direções colegiadas que superem a atual forma monocrática de um único diretor que, sob pretexto de ser o “responsável último” pela escola, acaba considerado “culpado primeiro” pelo Estado, que lhe cobra funções mais de fiscal que de educador. Se os meios devem ser adequados aos fins, não há por que a instituição encarregada de formar cidadãos não adote uma coordenação coletiva, formada por três ou quatro educadores, com funções diretivas e escolhida por aqueles de quem deve emanar o consentimento democrático para liderar.

*** Vitor Henrique Paro** é professor titular na Faculdade de Educação da USP (Feusp). Foi pesquisador sênior na Fundação Carlos Chagas e professor titular na PUC-SP. É autor de: Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino, Por dentro da escola pública, Qualidade do ensino: a contribuição dos pais; Reprovação escolar: renúncia à educação; Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia.

Janela mágica: o cinema e o teatro em sala de aula

A escola no teatro e o teatro na escola

***Taís Ferreira**

O foco central de meus interesses de pesquisa tem sido refletir acerca das experiências infantis com o teatro na contemporaneidade. Logo, traço relações a partir da intersecção entre teatro infantil (como produção cultural), das crianças (enquanto espectadores ativos) e da escola (como cenário e comunidade de apropriação preferencial do teatro pelas crianças).

Há no campo teatral traço do campo da Educação, bem como as crianças (e suas (im)prováveis infâncias) constituem e são constituídas também através destes artefatos e práticas: da escola, da cultura, das histórias que inventamos, naturalizamos e que tornamos verdadeiras. Fundem-se e misturam-se. Infiro, portanto, que a escola é uma das mediações mais recorrentes e ativas que atravessam e compõem a relação das crianças com a linguagem teatral.

A escola apresenta-se nesta relação como cenário-contexto que cria e se confunde com os próprios sujeito criança, já que estes se formam atravessados pelas práticas e discursos da instituição que os rodeia e acolhe, na qual passam várias das horas de seus dias.

A escola atua como uma mediação institucional em relação ao teatro, através das normas e regras sociais pelas quais opera, pelas representações que veicula, agindo junto ao olhar, aos sentidos e significados construídos pelas crianças a partir da linguagem teatral. A grande maioria das crianças tem seus primeiros e/ou únicos contatos com o teatro através de suas escolas, é nela que a prática de ver e também de fazer teatro passa a existir na vida da maioria das crianças espectadoras. E estas aliadas a tantas outras práticas e discursos cotidianos, serão determinantes na constituição das relações entre as crianças e a linguagem teatral. Como as crianças percebem, sentem e pensam o teatro

passa pelo caminho e pelos atravessamentos propostos pela instituição escolar.

Os contatos com a mídia, com as tecnologias digitais, com produtos e artefatos audiovisuais e espetaculares diversos também são mediações de relevância (repertório anterior), bem como as mediações referenciais (gênero, sexualidade, etnia e grupos de idade) e a família.

*** Taís Ferreira** é professora de teatro, atriz, dramaturga e pesquisadora. Graduiu-se em Artes Cênicas pelo Departamento de Arte Dramática da UFRGS, é mestre em Educação pelo PPGEduc/UFRGS. Atualmente é professora assistente junto ao curso de Artes Cênicas da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Teoria da Educação de John Dewey: contribuições para uma pedagogia da infância

**Mônica Appezzato Pinazza*

Os conceitos de **experiência**, **pensamento reflexivo** e **educação progressiva**, formulados no bojo da filosofia e teoria pedagógica de John Dewey, iluminam caminhos para se conceber uma educação e uma instituição escolar verdadeiramente libertadora, feita por crianças e adultos reflexivos. O conjunto da obra deweyana revela convicções filosóficas e pedagógicas que transcendem os domínios de graus e conteúdos de ensino. Dewey fala de processos educativos e se refere à criança, nos planos individual e social, antes de tratá-la como aluno e, por isso, suas teses podem contribuir à estruturação de uma pedagogia da infância.

Argumenta em favor de uma educação progressiva assentada na conexão orgânica entre o processo educativo e as experiências pessoais e discorda, categoricamente, da idéia de ‘preparar’ os jovens para as futuras atribuições sociais mediante a apresentação de conteúdos de cunho intelectual e científico trazidos pelos professores e pelos livros-texto de forma hermética e inquestionável, em programas e métodos rígidos.

A educação deve ser o espaço de exercício do pensar reflexivo, que ocorre pelo processo de investigação

e afasta o indivíduo da impulsividade e das ações rotineiras, porque supõe a percepção de um problema suscitado, a previsão e o planejamento de ações na direção de um propósito, qual seja: a solução do problema. Refletir significa, portanto, agir deliberada e intencionalmente.

A pedagogia de Dewey anuncia a liberdade de ação e o respeito aos interesses e experiências das crianças, mas também defende a importância da intencionalidade, do estabelecimento de propósitos educativos e da formação de hábitos na prática educativa. Assim, a Pedagogia não pode abrir mão de ações que expressem clareza em suas intenções e que resultem em experiências verdadeiramente educativas e duradouras, sem prejuízo à livre iniciativa e criatividade da criança. É nessa medida, que devem confluir as experiências e os interesses das crianças com o compromisso educativo do adulto e da instituição escolar.

** Mônica Appezzato Pinazza* é professora doutora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp). Atua na docência e pesquisa no campo da formação de professores para a educação infantil. Tem trabalhos em parceria com unidades de educação infantil da rede municipal de educação de São Paulo.

Pedagogias da infância

**Tizuco Morchida Kishimoto*

A pedagogia da infância de J. Bruner merece a atenção dos educadores no século 20 em decorrência de seus estudos sobre a criança pequena. Desde muito cedo, Bruner percebe a relevância de estudos interdisciplinares para pesquisar a criança e sua educação.

Nesse caminho, reúne-se com lingüistas e educadores para privilegiar a forma de pensamento característica da pequena infância, a narrativa, que dá o poder à criança de usar saberes de várias naturezas: enativas, icônicas e simbólicas. Na narrativa, a criança dialoga com vários textos, utiliza sua experiência, tem o poder da intertextualidade e o expressa por meio dessas formas

de representação do mundo. Ao dispor de iniciativa e focalizar situações de seu interesse são criadas as condições para a aprendizagem por descoberta, que ocorre em contexto partilhado, em um mundo de interações, com andaimes que o adulto oferece.

O pesquisador concebe a aprendizagem por descoberta, como resultado da mediação das culturas, mas que só ocorre quando é privilegiada a iniciativa da criança. Aprender é descobrir, é construir, é expressar o conhecimento por meio das formas de representação do mundo ou linguagens expressivas.

Bruner têm o reconhecimento da área da educação infantil porque percebe que a criança tem saberes que se expressa por meio do movimento, de grafismos e simbolismos, que se configuram em atos de significação. Ao ponderar a relevância da exploração na vida mental da criança mostra o papel do lúdico que dá poder para buscar caminhos, soluções e mundos possíveis. Entre a ação protagonizada e a mediação do mundo cultural a criança vai construindo saberes e o expressa pela forma narrativa, em um mundo de interações.

O adulto, no modelo racionalista, ao priorizar ações sempre monitoradas, com respostas consideradas corretas, cria a prática da inércia, de crianças que deixam de pensar por conta própria, apenas repetem o que delas se espera. A perspectiva da criança, pouco considerada, impede práticas pedagógicas que se iniciam com a observação sistemática, em registros e documentações que possibilitam a compreensão das intenções infantis para que se ofereça o andaime adequado.

A perspectiva racionalista não procura ver a intencionalidade da criança, parte de características prévias e gerais de desenvolvimento infantil e define atividades a serem cumpridas, sem lhe dar voz. Bruner, ao desconstruir essa prática, reitera a perspectiva da criança.

*** Tizuco Morchida Kishimoto** é professora titular da Faculdade de Educação da USP. Coordenadora da Rede de Pesquisadores Contextos Integrados de Educação Infantil no Brasil, do Programa Capes/Grices e do Laboratório de Brinquedos e Materiais Pedagógicos. Preside a Comissão de Cooperação Internacional que busca a internacionalização para a melhoria da qualidade da educação. Docente e pesquisadora nas áreas da educação infantil, formação de professores e brinquedos, com publicações nesses campos.

Reconstruindo uma práxis de participação

****Julia Oliveira-Formosinho***

Esta conferência apresenta uma investigação sobre um projeto de formação continuada em contexto cujo objeto central se situa na transformação do cotidiano praxiológico.

A educação de profissionais desafia as instituições de ensino superior à reflexão a partir de pontos de referência diferentes daqueles usados pelas epistemologias universitárias tradicionais e, portanto à construção de outras epistemologias. O reconhecimento desta realidade necessita de tradução quer nas perspectivas de formação de professores quer na investigação da formação.

Partindo deste reconhecimento, esta conferência propõe uma compreensão da formação em contexto

que se situa no paradigma da complexidade (Morin) e que utiliza, no cotidiano praxiológico, a documentação das vozes dos atores como forma de intervenção e pesquisa. Este modo de fazer pedagogia permite aceder às culturas da infância na sua interatividade com a(s) cultura(s) profissionais e reconstruir o conhecimento profissional prático como janela para a praxis.

*** Julia Oliveira-Formosinho** é doutorada em Estudos da Criança com uma tese sobre Desenvolvimento Profissional das Educadoras de Infância. É professora do Departamento de Ciências da Educação da Criança do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Coordena o Projeto Infância e a linha de investigação em Pedagogia da Infância, no âmbito do Centro de Investigação em Formação de Profissionais de Educação da Criança.

Conhecimento, educação e leitura dentro e fora dos oceanos da Internet

**Silvia M. Gasparian Colello*

Indiscutivelmente, os avanços na área da comunicação, as possibilidades geradas pelo uso da informática e os apelos da sociedade tecnológica transformaram os modos de relação social, o acesso à informação e as formas de trabalho. Vivemos em uma época de rápidas mudanças o que necessariamente remete à revisão das práticas educacionais. Afinal, como preparar o homem de hoje para a sociedade do amanhã? Como a tecnologia afeta o processo de aprendizagem?

No caso específico do ensino da língua escrita, a emergência desses questionamentos aponta para implicações que, à luz das novas tecnologias, tornam mais ou menos evidente a necessidade de se transformar a escola.

Em uma perspectiva mais evidente (porque mais próxima do senso comum e dos princípios básicos da educação), parece óbvio que a escola deva SE ajustar aos recursos de seu tempo. Como a língua escrita é uma construção cultural que se concretiza em práticas socialmente definidas e em modalidades de uso contextualizadas, aprender a ler e a escrever faz sentido na medida em que puder se articular ao esforço de aproximar o aluno das tecnologias de comunicação e acesso ao saber.

A despeito da legitimidade desse princípio, o letramento digital não se conquista apenas com a entrada dos computadores na escola nem com a inserção de aulas de informática na grade curricular. O desafio está em poder se apropriar das novas formas de ler e escrever, buscando o ajustamento qualitativo em práticas sociais tantas vezes inusitadas para os próprios educadores. Em certo sentido, precisamos ensinar aquilo que também temos que aprender.

Em perspectivas menos evidentes (porque mais técnicas e divergentes concepções arraigadas no ensino da língua), as novas tecnologias induzem à recolocação de questões clássicas tais como “o que ensinamos

quando ensinamos alguém a ler e a escrever?” e “como e por que ensinamos a ler e a escrever?”.

No que diz respeito à natureza da língua, as atuais práticas de leitura e escrita – que circulam em caminhos imprevisíveis criados e recriados pelo sujeito no livre trânsito entre “links” e “sites” da Internet, “janelas” do computador ou por recursos do “recortar e colar”, “inserir e deletar” – rompem definitivamente com a falsa convicção de que a escrita se processa linearmente pela sucessão de palavras, linhas ou páginas. Nas práticas pedagógicas, a explosão dos recursos comunicativos torna obsoleto o ensino fechado em si mesmo, isto é, a escrita descontextualizada e artificialmente moldada para fins didáticos. Definitivamente, BA, BE, BI não têm mais lugar no mundo de hoje.

Finalmente, as demandas do nosso mundo chamam a atenção para o fato de que estar alfabetizado no âmbito escolar não garante, necessariamente, estar apto à participação social.

** Silvia M. Gasparian Colello é professora da Faculdade de Educação da Usp (Feusp) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização e Letramento (Geal)*

É na sala de aula que se produz o fracasso escolar?

** Olgair Garcia*

Através de breves relatos em torno de algumas situações observadas no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem dos alunos na escola pública, tecer algumas análises e considerações a respeito do desenvolvimento de atitudes de medo, incapacidade, rejeição, apatia, resistência das crianças, jovens e adultos em relação a si mesmos no processo de estudar e aprender e como tudo isso vai afetando a constituição identitária do sujeito e de certa forma contribuindo para

a caracterização da solidão e do fracasso na sala de aula e na escola.

Com base neste pano de fundo, tecerei comentários sobre formas possíveis de fazer do ensino e aprendizagem uma tarefa compartilhada, alegre e propiciadora de desenvolvimento saudável e seguro.

** Olgair Garcia* é pedagoga com mestrado em Educação e doutorado no Programa de Psicologia da Educação da PUC/SP. Atualmente, é coordenadora pedagógica da Emef Mauro Faccio Gonçalves – Zacaria.

Estado e políticas de EJA

Os índices do analfabetismo no Brasil: uma breve discussão

** Ana Cristina Silva da Rosa*

Em pleno século XXI, não se pode pensar em democracia, política pública, inclusão social, cidadania sem garantir o acesso à leitura e a escrita para o indivíduo. Vivemos um momento histórico que exige do homem um conhecimento amplo que o permita interligar os saberes e a resolver problemas.

No entanto, ainda no Brasil temos um contingente de aproximadamente 16 milhões de jovens com mais de quinze anos sem saber ler e escrever segundo dados apontados pelo “Mapa do Analfabetismo” (Inep, 2003).

Este quadro já foi pior. Em 1940, 61,1% da população brasileira era considerada analfabeta. Em 1950, o índice registrava 57,1%; em 1960, 46,7%; em 1970, 38,7% e 1980, 31,9% ainda não sabiam ler e escrever (IBGE, 2007). Somente a partir dos anos 80, com a redemocratização do país, é que a taxa do analfabetismo reduziu. A partir de 1990, como as novas políticas pú-

blicas de descentralização e forte movimento de inclusão escolar é que se efetiva uma significativa alteração no quadro do analfabetismo no Brasil. Em 1991, 19,7% das pessoas com 15 anos ou mais não sabiam ler e escrever. Em 2000, caiu para 13,6%, e para 12,4% em 2001. (Inep, 2005)

Um dos problemas identificados por esse estudo é que 35% da população analfabeta já frequentaram escolas e abandonaram, entre outros motivos, por causa da baixa qualidade de ensino ou pela necessidade de trabalhar. Sendo assim, não basta ir à escola, o trabalho educativo deve efetivar uma prática que permita a construção de saberes em que o educando seja capaz de aprender.

Outros dados nos permitem refletir sobre a educação no país. De acordo com o Indicador de Analfabetismo Funcional - Inaf (Instituto Paulo Montenegro, 2005), no período de 2001 a 2005, o aumento da escolaridade da população brasileira não se reflete na mesma proporção em termos de aprendizagem.

LETRAMENTO – INAF / BRASIL (2001 – 2003 – 2005), POR FAIXA ETÁRIA

	1ª a 4ª séries			5ª a 8ª séries			ensino médio ou mais		
	15 a 24	25 a 39	40 a 64	15 a 24	25 a 39	40 a 64	15 a 24	25 a 39	40 a 64
Analfabeto	12%	11%	14%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
Rudimentar	48%	53%	57%	21%	24%	34%	6%	8%	6%
Básico	32%	29%	25%	51%	52%	50%	38%	35%	40%
Pleno	8%	6%	4%	28%	23%	16%	57%	57%	54%

Estes dados nos mostram que o analfabetismo está sendo produzido dentro da própria escola, com políticas públicas não eficientes.

Por isso, questiono: como pensar em políticas públicas de EJA sem discutir essa problemática? Como garantir melhoria no atendimento aos educandos sem a efetivação de projetos sérios?

Infelizmente, no Brasil, algumas políticas públicas têm se tornado ineficientes, o que impossibilita a erradicação do analfabetismo e a inclusão social.

Referências

BRASIL. Mapa do analfabetismo, **Inep, 2003.**

_____. PNAD, **IBGE, 2005.**

_____. Censo demográfico, **2000.**

Instituto Paulo Montenegro, Indicador de Alfabetismo Funcional, **2005.**

* **Ana Cristina Rosa** é pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Estadual de São Paulo. Doutoranda em educação Escolar pela Unesp, mestra em Educação pela Unesp/SP e professora universitária

Professor: tecnólogo do ensino ou agente social?

**Ilma Passos Alencastro Veiga*

O texto aborda duas perspectivas de formação do professor: o tecnólogo do ensino expresso nas políticas públicas e o agente social proveniente dos movimentos sociais.

O tecnólogo do ensino parece ser a figura dominante dentro da reforma educacional brasileira, detalhada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (CNE, 2001).

A formação é centrada no desenvolvimento de competências para o exercício técnico-profissional, basea-

da no saber fazer para o aprendizado do que vai ensinar. Os conhecimentos são mobilizados a partir do que fazer. Essa perspectiva de formação centrada nas competências é restrita e prepara, na realidade, o prático, o tecnólogo, isto é, aquele que faz, mas não conhece os fundamentos do fazer.

Nesta ótica, a construção de competências, para se efetivar na aprendizagem, implica a eleição de seus conteúdos, a organização institucional e a abordagem metodológica. Desloca o eixo do ensino para a aprendizagem. O documento de diretrizes para a formação inicial de professores propõe alguns princípios norteadores para uma reforma curricular e enfatiza a aprendizagem por competências.

O professor sob a perspectiva do agente social defende uma discussão política global que contempla desde a formação inicial e continuada até as condições de trabalho, salário, carreira e organização da categoria.

A educação é concebida como uma prática social e um processo lógico de emancipação o que requer:

- a) construção e domínio sólidos dos saberes da docência;
- b) unicidade entre teoria e prática;
- c) ação coletiva;
- d) a autonomia é vista como valor profissional do pensamento e da ação;
- e) a explicitação da dimensão sociopolítica da educação e da escola;
- f) a formação profissional orientada por esses princípios tem por base a idéia de que a preparação para o magistério é uma tarefa complexa e inerentemente política;

g) a formação do professor centrada na escola e no exercício da profissão docente não separa um dos outros os locais de mobilização (mundo do trabalho), de produção (o mundo da investigação) e da comunicação (o mundo escolar) dos saberes e das competências.

Essa formação implica em investir na valorização do profissional dignificando o trabalho pedagógico e a carreira docente, melhorar as condições de trabalho, estimular a organização coletiva dos profissionais em entidades sindicais, científicas entre outras.

* Ilma Passos Alencastro Veiga é licenciada em Pedagogia, doutora em Educação (Unicamp), pesquisadora associada sênior da UnB, professora da Faculdade de Ciências da Educação do Uniceub e pesquisadora do CNPq.

DIA 20/09 - 8h30 ÀS 12h30

Educar nas ondas do rádio Educom

Educar nas ondas do rádio: os possíveis caminhos da Lei Educom

**** Ismar de Oliveira Soares***

Três pesquisas acadêmicas sobre o Projeto Educom.rádio – *Educomunicação pelas Ondas do Rádio* acabam de ser defendidas na ECA/USP. A dissertação de Mestrado de Renato Tavares analisa mais de 800 programas de rádio elaborados por professores e alunos, que freqüentaram o projeto (O NCE tem em seus arquivos mais de três mil programas para análise). Além disso, pesquisou a continuação do projeto a partir de uma amostragem representativa dos pontos cardeais da cidade. Um de suas descobertas aponta para o fato de que, entre as escolas analisadas, a que mais chamou a atenção foi uma das 200 unidades escolares que não

receberam o laboratório de rádio.

Uma segunda dissertação, de Claudia Funari, identificou o perfil dos 400 “mediadores” ou formadores que a USP preparou para atender as 455 escolas do município no período de implantação do projeto, através de um curso de 94 horas, em 12 encontros de 8 horas cada um, realizados aos sábados.

O terceiro trabalho, de Patrícia Horta, analisou o Educom.rádio como política pública. Uma das ações desta política foi a aprovação (dezembro de 2004) e regulamentação (agosto de 2005) de uma lei que estabelece a obrigatoriedade da implantação do conceito e da prática educacional nos equipamentos das Secretarias da Cultura, Saúde, Educação, Turismo e Es-

portes da Prefeitura de São Paulo. Um dos frutos da lei são ações como as que vêm ocorrendo nas escolas do município, tanto na relação entre professores e alunos, ou em atividades com visibilidade externa, como a que ocorreu recentemente quando as Emef's Carlos Pasquale e Vicente Amato tomaram parte no dia temático sobre Comunicação e Arte promovido pela Rede Globo ou, ainda, quando a Rádio Arica (Rádio Escolar via Internet do CEU Aricanduva) uniu um grupo de alunos em torno do tema do meio ambiente. Fora do Município de São Paulo, outras organizações espalhadas pelo território nacional trabalham com o conceito, destacando-se as ONGs reunidas na Rede Comunicação, Educação e Participação (CEP).

A partir destes fatos, a palestra pretende analisar, em forma de painel, a presença da educomunicação

nos espaços pedagógicos da educação formal e não formal, no Brasil, buscando alargar a visão sobre o conceito e sua prática, a partir da realidade vivida por nossas escolas e pelas opções das políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal. Será dado destaque especial à ação educomunicativa da Prefeitura de São José dos Campos assim como ao trabalho do Jornal da Tarde, através da página "Pais e Mestres". Para tanto, o professor Ismar de Oliveira Soares será acompanhado por coordenadores de projetos e estudantes que participam de práticas educomunicativas, todos motivados a entabular um diálogo com os participantes no Congresso. Documentos históricos do Educom serão mostrados.

* **Ismar de Oliveira Soares** é coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/USP) da Universidade de São Paulo

Quadro de apoio, escola e comunidade

O funcionário como agente do processo educativo

* **Maria Lima**

Do ponto de vista da sociedade em geral, pais e professores são os grandes responsáveis pela tarefa de educar crianças e jovens. No entanto, eles contam com o apoio dos funcionários da escola, os quais desempenham um papel fundamental. Considerando-se a relevância de sua ação, que preparação os funcionários do quadro de apoio deveriam receber para atender uma demanda tão complexa? A instituição escolar tem dado o apoio necessário à constituição desse funcionário educador?

Quando enfocamos a relação da escola com a comunidade, o funcionário do quadro de apoio, de novo em segundo plano, aparece como o responsável pela execução de tarefas que, embora consideradas importantes, são vistas pela sociedade como "de segunda classe". Em nenhum desses momentos o funcionário é visto como cidadão atuante no espaço da escola. Muito embora seu papel de agente seja reconhecido formalmente, é ainda muito baixo o número de escolas que

efetivamente implementam a participação do quadro de apoio no Conselho de Escola ou nas discussões do projeto político pedagógico.

Diante desse panorama, algumas questões surgem: é possível que um funcionário seja sujeito em suas atividades, mesmo sendo visto como mero executor de tarefas? Que implicações a negação da condição de sujeito pensante a esse trabalhador tem sobre a educação das crianças e jovens? Será que a escola tem aproveitado o potencial de seus funcionários nessa tarefa de mediar as relações entre alunos e entre pais e a escola?

Em minha fala, procurarei apontar alguns elementos que subsidiem o debate sobre a responsabilidade da instituição escolar na formação do funcionário educador e da importância da participação política e informada desses trabalhadores na constituição da ação pedagógica e na transformação da escola no espaço de acolhimento que tanto sonhamos.

* **Maria Lima** é doutora em Educação pela USP, formadora de professores e de funcionários do quadro de apoio e professora universitária.

O universo infinito da leitura

A literatura como promessa de felicidade - história de leitura e criação

* **Jorge Miguel Marinho**

“Depoimento sobre a história de leitura do escritor, identificando os livros mais relevantes que influenciaram o seu processo criativo, com destaque para a singularidade da linguagem literária como matéria privilegiada para a formação dos leitores, independentemente de faixa etária, de estilo e temas, de adequação de obras, de segmento social, de perfil emotivo e existencial.”

Em síntese, reflexão sobre o encontro sempre imprevisível entre livro e leitor e sobre a natureza da literatura, também “matéria privilegiada” para aproximar conhecimento e prazer, pela sua potencialidade lúdica de recriar a realidade e, portanto, se oferecer como “universo infinito de leitura”.

* **Jorge Miguel Marinho** é professor de Literatura do Centro Universitário Fieo e escritor com 26 obras publicadas e muitos prêmios, entre eles, dois Jabutis, pela CBL; dois Orígenes Lessa, pela FNLIJ; um Apca e um HQ-MIX.

A importância da poesia para as crianças

* **Ricardo da Cunha Lima**

O título desta palestra remete para seu duplo objetivo: primeiro, apontar a necessidade de que se garanta o acesso de crianças e jovens à poesia e, ao mesmo tempo, valorizar a literatura produzida para essa faixa etária.

Nesse sentido, defendemos uma poesia infantil leve e lúdica, que seja convidativa para as crianças, mas sem que se descuide da qualidade literária do texto. Segundo nosso ponto de vista, a poesia elaborada não precisa ser complicada ou hermética. Dessa maneira, proporciona aos professores e alunos o prazer da leitura, e introduz o universo dos leitores no mundo encantador da poesia.

O patrimônio da poesia, por sua vez, é parte essencial da formação de qualquer pessoa, tanto porque as principais obras clássicas de todos os tempos foram compostas em poemas, quanto porque o texto poético discute as principais emoções do ser humano, inspira a sensibilidade e a afetividade e estimula a

capacidade criativa e a imaginação de uma maneira única e inimitável.

É indispensável, portanto, que a escola proporcione acesso freqüente à poesia para todos. E, para fazer isso, ela deve se valer da farta literatura de altíssima qualidade produzida no Brasil, de modo a enriquecer o ambiente escolar não apenas com as temáticas tão importantes e específicas da poesia, mas também com o trabalho com a linguagem que só a poesia é capaz de fazer.

Nesta palestra, pretendemos encorajar essa iniciativa fundamental das escolas, tratando de algumas das dificuldades que podem afastar a poesia do ambiente escolar e dos professores, e procurando, acima de tudo, prestar uma colaboração e apresentar possíveis soluções que favoreçam as atividades com poesia no ensino.

* **Ricardo da Cunha Lima** é doutor em Letras Clássicas, com estágio na Universidade de Coimbra, Portugal; é professor de Latim na Universidade de São Paulo (USP). Já publicou sete livros para o público infantil, sendo os três últimos de poesia. Recebeu prêmios literários importantes como os da Apca, da FNLIJ, e, por duas vezes, o Prêmio Jabuti. No exterior, recebeu o Prêmio White Ravens, na Alemanha.

Alunos com baixo rendimento escolar: talentos desperdiçados

Crianças, tramas e cirandas – uma breve história da travessia escolar

**Maria Eugenia Capraro de Toledo*

Em tempos de discussões a respeito da circulação das crianças no ambiente escolar e seu envolvimento com as propostas pedagógicas hegemônicas, é preciso parar e pensar sobre as tramas tecidas entre o aprender e o ensinar e quais seus desdobramentos. Afinal, na ciranda de tantos métodos e técnicas para *bem ensinar*, por que tantos não aprendem?! Diante do inexorável do

fracasso escolar é preciso lançar-se no imprevisto do ato educativo e propor algo novo, inédito, capaz de esburacar as certezas e desvelar o mal-estar da educação.

** Maria Eugenia Capraro de Toledo* é especialista em Tratamento e Escolarização de Crianças com Distúrbios Globais do Desenvolvimento, orientadora educacional, consultora em educação inclusiva, membro do Grupo Ponte da Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida, co-autora do livro *Travessias – Inclusão Escolar*, Casa do Psicólogo, 2005.

Planeta terra: preservar é preciso, conscientizar também é preciso

Um novo século: uma nova era de desenvolvimento

** Omar Jorge Sabbag*

A sociedade ocidental sempre caminhou em busca do desenvolvimento econômico a qualquer custo, não contando com a previsão catastrófica da deterioração ambiental e social do próprio meio na qual vive; sempre acreditando em mitos malignos, como “a natureza é inesgotável” e “quanto mais você tem, mais você é”.

O sistema econômico capitalista baseado no consumismo é incompatível com a evolução da sociedade de maneira sustentável por levar ao esgotamento e deterioração dos recursos ambientais. O progresso gerou o regresso contínuo, pois sob a ótica socioambiental, houve discrepâncias – aumento da pobreza,

diminuição dos recursos naturais – rompendo uma relação homem-natureza, acarretando um subdesenvolvimento.

É necessária uma sustentabilidade, de forma equitativa, no segmento social, econômico e ecológico. A gestão ambiental deve estar inserida dentro de um contexto ético para a sustentabilidade, contribuindo com a responsabilidade social, apontando para uma nova fase de crescimento econômico.

Neste contexto, os elementos que compõem a sociedade atingem seu ótimo, ou ponto ideal com base no seguinte: **Conhecimento:** quanto melhor a sociedade conhece o mundo e desenvolve tecnologias, mais tem condições de se aproximar da situação de sociedade ideal; **Cultura:** quanto melhor a sociedade adapta

sua cultura ao mundo utilizando o conhecimento adquirido, maior as chances de sobrevivência e sucesso ao longo do tempo e **Educação**: quanto mais eficaz o sistema educacional de uma sociedade, mais seus membros adquirem conhecimento.

Arizpe (2001) diz que a sustentabilidade só será alcançada se as políticas **econômicas** e **ambientais** levarem a **cultura** em consideração. Dalabrida (2000) analisa o aspecto da desterritorialização e diz algo semelhante. Contudo, esperamos estar numa nova Revolução Industrial, porém não agressiva, baseada num

capitalismo natural, sem desperdícios, para uma construção de um mundo em que todos ganhem, na percepção de um olhar de um mundo alternativo possível, não utópico.

* **Omar Jorge Sabbag** é agrônomo e doutor em Planejamento Ambiental e Desenvolvimento regional pela Unesp. Atua em docência superior em administração, coordena um curso de pós MBA e desenvolve consultoria pelo Sebrae/SP. Tem experiência nas áreas de Gestão Ambiental e Agronegócios, atuando principalmente em análise econômica, educação ambiental, planejamento ambiental, impactos e desenvolvimento regional.

Planeta Terra: por uma educação sustentável. Educação ambiental deveria ser matéria vertical

* **Francisco Pincerato**

“A educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a sociedade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais presentes e futuros”. Resolução da Unesco – 1987.

No Brasil, pouca coisa mudou depois disso. A *Eco-92 e a sua Agenda 21* – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – contribuiu muito para a mudança de hábitos em relação à educação ambiental na escola. Embora de maneira tímida, o tema passou a fazer parte dos planos curriculares, inserido nas disciplinas já existentes.

Hoje, educação ambiental é obrigatória em todos os níveis escolares nos países desenvolvidos e em desenvolvimento e, no Brasil o é pela Lei nº 9.795/1999 como matéria transversal, pluralista e permanente, mas que carece de verticalidade no currículo escolar para ser levada a sério por todos.

A produção de bens de consumo e a oferta de serviços ocorrem em progressão geométrica, enquanto a consciência da preservação de recursos, do uso da água e da energia para todos – que deveriam ser conhecimentos permanentes e sustentáveis – ocorrem em pro-

gressão aritmética, comprometendo a vida no planeta de forma definitiva e inexorável.

A Terra é uma imensa nave, uma jóia única e rara no universo, mas, é um sistema fechado. Com exceção da energia solar, que é abundante e vem de fora, todo o resto significa degradação e perdas para o frágil sistema de vida aqui existente. Este princípio elementar deveria ser o ponto de partida para mudarmos o comportamento das futuras gerações através da escola, através da passagem de conhecimentos socioambientais modernos e eficazes.

Precisamos aprofundar nos primeiros anos do ensino os conhecimentos sobre recursos naturais, resíduos e reciclagem, por exemplo, que, além de preservar a água, o solo e a energia, contribuem para amenizar o efeito estufa e o aquecimento global.

Precisamos fazer o plantio sistemático de árvores. A respiração da árvore se dá pelo processo da fotossíntese – sem a presença da luz solar absorve o dióxido de carbono, retém o carbono e libera oxigênio puro no ar – absorvendo durante toda a sua vida, do ar, metade de seu peso em carbono. Esta seria, sem dúvida, uma medida fundamental para diminuir o efeito estufa e o aquecimento global.

* **Francisco Pincerato** é ambientalista autor de material didático – livros e jogos educativos – sobre educação ambiental.

A arte de contar histórias: tradição e ciberespaço

* **Cléo Busatto**

A contação de histórias se afirma na atualidade como uma modalidade artística e configura-se como forte aliada na formação de leitores. Frequentemente é solicitada para animar - dar ânimo, alma - aos programas de leitura e eventos onde o livro está presente.

A sua função pode ter se alterado nesta longa trajetória que se confunde com a idade do homem, mas não a sua característica expressiva. As marcas da oralidade sopradas pela voz do narrador seja o de outrora ou o atual, continuam hipnotizando os ouvidos atentos. E o caminho, que se iniciou ao redor da fogueira, passou pela beira dos rios, escorregou aos pés da cama, chega agora ao ciberespaço, espaço viável para a construção de sentidos.

Fazer uma leitura da contação de histórias no século XXI implica em olhar para a arte digital e suas condições estéticas. Como se apresenta a narração oral no computador? Quais os gestos expressivos que podem envolver o internauta-navegador? Qual o tempo da

narrativa digital? No que esse tempo se diferencia do tempo da narração presencial? Qual o ritmo que a narração oral apresenta, quando se apropria desse suporte para se expressar?

Se as perguntas são muitas e algumas vezes ainda sem resposta, uma coisa é inquestionável: à medida que as linguagens se transformam, se expandem, desdobram e se tornam mais elaboradas, mais sentidos elas sugerem ao leitor, que pode se ver diante de uma mudança de horizonte, segundo as premissas da Estética da Recepção. Minha experiência com a narração oral de histórias no meio digital tem como resultado a produção três CD-ROMs: Contos e encantos dos quatro cantos do mundo; Lendas Brasileiras e nos Campos do Paiquerê.

* **Cléo Busatto** é arte-educadora, contadora de histórias, escritora, mestre em Teoria Literária/UFSC; pesquisadora transdisciplinar, formada pelo Cetrans, Escola do Futuro/USP; e autora do livro "A arte de contar histórias no século XXI –tradição e ciberespaço"

1 BUSATTO, Cléo. A arte de contar histórias no século XX - tradição e ciberespaço. Petrópolis: Vozes, 2006, p.104.

A arte da narrativa de arte-educar

***Kelly Orasi**

As histórias são cápsulas de significados que passam de geração a geração e que precisam ser ouvidas para formação e transformação do indivíduo.

Para formação e transformação de caráter, na descoberta e redescoberta de valores e virtudes e para formação de um público apreciador da literatura oral e escrita.

Contar histórias é algo cotidiano, mas também pode ser refinado à arte.

A busca por este refinamento tem sido valorizada nos últimos tempos em diversas áreas da educação, da psicologia, da saúde e da cultura, pois esta arte traz a sabedoria do homem e suas conquistas, suas superações. Conhecimentos que não podem

deixar de alicerçar o mundo moderno.

Desde 2004, tenho a oportunidade de executar um processo contínuo de narração de histórias para crianças de 7 a 12 anos, na comunidade de Paraisópolis, pelo Programa Einstein na Comunidade, em parceria com a Associação Arte Despertar.

À medida que observo a transformação das crianças neste processo, fico surpresa com a diversidade de conteúdos que podem ser trabalhados. Citarei apenas alguns desta infindável lista:

- resgate e reconhecimento dos valores humanos;
- agilidade da imaginação;
- identidade;
- convivência;
- alfabetização;

- expressão verbal, oral e escrita;
- prazer na leitura;
- presença corporal e vocal;
- expressão intelectual e sentimental;
- desenvolvimento da criatividade e do raciocínio;
- formação do senso crítico;
- fortalecimento da auto-estima;
- conhecimento de novas culturas;
- apreciação estética.

Na arte da narrativa, as crianças aprendem a fazer elos de raciocínio entre o fictício e o real. Permite o acesso às referências humanas diante de situações limites.

Contar e ouvir histórias traz ao coletivo a oportuni-

dade de compartilhar experiências, tornando-as ainda mais enriquecedoras para a maturidade do indivíduo.

A maior contribuição da arte de contar histórias para a arte de educar é que seus ensinamentos chegam através do prazer. O prazer que faz sonhar, sentir, acolher e pensar.

* **Kelly Orasi** é bacharel em Comunicação Social pela Fiam/FMU e em Interpretação pelo Instituto de Artes e Ciências (Indac). É, também, uma das fundadoras do Núcleo Trecos e Cacarecos de Teatro. Começou a contar histórias em 1998, convidada por Giba Pedrosa, no Encontro Internacional de Contadores de Histórias do Instituto Cultural Itaú. Faz parte da equipe de contadores de histórias do Centro da Cultura Judaica, além de ser e consultora na elaboração do Projeto de Formação de Contadores de Histórias do Departamento de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Profissão professor: vivendo e trabalhando com dignidade

O ser professor e a conquista do seu espaço

* **Daniel Pansarelli**

A história profissional do professor no Brasil é tão ou mais complicada que a própria história da educação no país. A maior parte dos quatro séculos iniciais após o descobrimento foi marcada pelo uso ideológico-religioso da educação e pela imposição dos religiosos à condição de professores. Talvez seja nas primeiras décadas do século XX que a educação passa a ser pensada de forma mais “profissional” no cenário brasileiro, em especial com os pioneiros da Escola Nova. Mas há que se considerar, todavia, que este mesmo século XX foi marcado por longos períodos não-democráticos, envolvendo pelo menos duas ditaduras e duas guerras mundiais, dentre outros eventos, os quais tomaram ao menos dois terços deste período – momento em que a educação assumiu prioritariamente um caráter manipulado e manipulador, político-ideológico.

Num contexto histórico educacional tão conturbado, em que pouco se buscou a profissionalização da educação como via para a construção de uma identidade cultural nacional própria, inúmeras foram as relegações a que os professores foram submetidos – fosse na ausência

do interesse governamental em formar professores profissionais, fosse na censura ideológica, presente até mesmo no momento inicial da formação destes profissionais.

Parece ser possível defender uma tese segundo a qual o momento histórico que começa a se constituir no Brasil após o fim da ditadura militar e com a retomada das eleições diretas – o que ocorreu há menos de duas décadas – caracterize-se por ser o maior período em que o professor, como profissional do ensino, tem liberdade para delimitar profissionalmente e com maior clareza seu campo de atuação e suas necessidades básicas de trabalho. Com efeito, vivemos atualmente pela primeira vez na história do Brasil um período em que professores são profissionais especialmente preparados para o ensino, e que tais professores não sofrem explicitamente uma repressão ideológica ou censura direta. Automaticamente, estamos diante do momento histórico em que estão dadas as condições para que este profissional, recém-liberto, possa colocar-se como exigente das condições que garantam a dignidade para seu trabalho em particular e para sua vida em geral.

* **Daniel Pansarelli** é filósofo, doutorando em Filosofia da Educação e professor na Universidade Metodista de São Paulo.

A valorização do profissional do quadro de apoio

*** Sandra G. Ponzio Ferreira**

A valorização de pessoal é um tema amplo e instigante e pode ser abordado através de diferentes ângulos: um olhar dentro das instituições, a partir das políticas públicas, entre outros. Cada abordagem define os conceitos sobre o que se entende por funções e cargos e está fundamentada em concepções e objetivos de gestão de pessoal.

Nesta perspectiva, quando o tema é tratado do ponto de vista do espaço escolar, é preciso considerar que a gestão de pessoal está situada no contexto do serviço público e isto remete a refletir sobre o fato de que há um grande número de pessoas envolvidas neste processo. Há os gestores que atuam no interior da escola e há os gestores do sistema público. Estes também fazem a gestão da escola, porém não de forma direta (supervisores de ensino, coordenadorias, secretárias entre outros).

Contextualizar a produção da gestão de pessoal na escola é relevante para elucidar um aspecto que nem sempre fica explícito quando tratamos a questão da valorização de pessoal, pois, mesmo que certos procedimentos e atitudes possam parecer reflexo da vontade de uma pessoa, por exemplo, o diretor, são sempre reflexos de um contexto mais amplo, político, ideológico, o qual interfere nesse modo de pensar e atuar a valorização de pessoal.

Compreender as decisões que envolvem a valorização dos funcionários e mais especificamente a valorização do pessoal do quadro de apoio numa escola implica em pensá-las a partir de como se concebe a organização do trabalho naquela instituição.

Diante do exposto, é necessária uma reflexão que permita compreender o lugar do quadro de apoio no

contexto em que ele atua, não apenas enquanto cargos (merendeira, porteiro, inspetores etc.), mas como funções prioritárias que existem para que a escola possa se desenvolver e construir seu projeto político pedagógico de qualidade.

Todos os interlocutores do processo de ensino são importantes quando se analisa o sucesso ou fracasso das propostas educacionais. Valorizar o profissional do quadro de apoio significa chamá-lo para ocupar um lugar de responsabilidade, possibilitar o desenvolvimento da inventividade, cooperação, capacidade de lidar com mudanças e reforçar o compromisso com a aprendizagem e situá-lo num ambiente que favorece a vivência da cidadania.

Fazer-se educador pode bem servir para nomear esse processo contínuo que nos fala sobre ser alguém que com sua contribuição no desenvolvimento de seu trabalho permite que muitas articulações do projeto político pedagógico possam ser construídas de modo coerente e eficaz.

*** Sandra G. Ponzio Ferreira** é psicóloga, psicopedagoga, mestranda pela Faculdade de Educação da USP (Feusp) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização e Letramento (Geal).

O professor está doente? Desafios e perspectivas da saúde do professor

Desafios e perspectivas sobre a saúde no trabalho dos profissionais em educação

*** Herval Pina Ribeiro**

Começam a aflorar pesquisas consistentes que apontam uma série de adoecimentos e doenças coletivas relacionadas ao trabalho dos trabalhadores em educação. Não é um fato novo, mas que ganhou maiores dimensões nos últimos vinte anos. Transtornos de saúde, como exaustão psíquica (burn-out), da voz, dos sistemas osteomuscular, cardiocirculatório e gastrointestinal, vêm determinando afastamentos prolongados desses profissionais de suas atividades.

O que há por trás desse fenômeno? O que mudou e está mudando nas relações sociais e do trabalho em

educação? Quais as perspectivas de lidar com essa morbidade coletivizada, além dos cuidados individuais em assistência médica?

O palestrante mostrará o que vem sendo feito com base nas pesquisas em andamento que vem coordenando na universidade com a participação do Ministério da Saúde e os sindicatos de profissionais da educação.

*** Herval Pina Ribeiro** é doutor em Saúde Pública pela FSP/USP. Docente e pesquisador do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), coordenador da pesquisa “O grito do silêncio. Degradação do trabalho e transtornos da voz” e coordenador do projeto Unifesp/Ministério da Saúde sobre notificação compulsória dos transtornos da voz.

Uma experiência de pesquisa e formação em saúde e trabalho, na perspectiva de gênero, com trabalhadores de escolas públicas

*** Jussara Brito**

Pretendemos apresentar uma experiência de pesquisa-formação realizada no Rio de Janeiro e em João Pessoa: o Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas. Ele foi pensado como um processo de formação continuada de “multiplicadores/as” para uma *leitura* das relações entre trabalho e saúde nas escolas, sob o ponto de vista da atividade e dos/as que lá trabalham (merendeiras, auxiliares de serviço, diretores/as, professores/as, técnicos/as), atentos às relações de classe e gênero. Foi concebido como um meio para desenvolver a capacidade de compreender-transformar as relações entre o trabalho e a saúde/doença nas escolas, baseado no *diálogo-confrontação* entre o conhecimento científico e a experiência prática dos/das trabalhadores/as acerca das questões em foco.

A perspectiva foi também a forjar o alicerce com vistas à construção de um dispositivo permanente de

monitoramento das condições de trabalho e saúde nas escolas, incorporando as relações de gênero, operado por grupos de trabalhadores e acompanhado por profissionais dos organismos de pesquisa, na perspectiva de promoção de saúde a partir dos locais de trabalho.

Trata-se, portanto, de um dispositivo de formação e pesquisa/intervenção *em rede*: um programa de formação articulado a um programa de pesquisas, uma formação voltada para a ação, tendo como meta lutar pela saúde e afirmar a vida, na perspectiva das relações sociais de gênero. Esperávamos que a participação neste programa de formação colaborasse para aguçar o *olhar* e a *escuta* dos/as trabalhadores/as para os problemas da escola em sua relação com a saúde, como também os/as ajudasse a descobrir as possibilidades de saídas e de construção de um trabalho favorável à saúde.

*** Jussara Brito** é doutora em Saúde Pública, com pós-doutorado em Ergologia; pesquisadora do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz, RJ)

Violência nas escolas

Prevenção em saúde mental e da violência

* **Maria Adelaide de Freitas Caires**

Trata-se de estudo de 40 casos examinados para o Poder Judiciário, cuja observação clínica nos apontava para a ocorrência de um tripé de ocorrências na primeira e segunda infância, envolviam: distúrbios de aprendizagem, de comportamento e violência doméstica. Fatores esses nefastos para o desenvolvimento cognitivo e da personalidade.

Este estudo tinha por propósito demonstrar que fragilidades neurofuncionais e relacionais imprimem ao desenvolvimento neurológico e psicológico matrizes de desajustamento emocional e social que comprometem, em graus variados, a saúde mental do portador e sugerir que ao se identificar as vulnerabilidades na primeira infância, programas de prevenção, multi e interdisciplinares, podem ser aplicados, com redução drástica do custo social da doença e do crime.

A pesquisa incluiu um estudo analítico de caso, composto de 40 sujeitos, criminosos graves, submetidos à perícia psiquiátrica e psicológica (neuropsicológica e personalidade) por solicitação do Poder Judiciário dos Estados de São Paulo e do Maranhão.

Estatística: análise descritiva, teste de qui-quadrado.

Variáveis analisadas:

1. dependentes: distúrbio de área de linguagem (DL/ leitura e escrita), TDA/H e violência doméstica (VD);

2. Variáveis independentes: tempo de escolaridade (> de 7 anos e < de 7 anos), quocientes de inteligência verbal e espacial, natureza do crime/reincidência (homicídio e lesão corporal, tráfico e uso de drogas, roubo e furto, crimes sexuais) e características sociodemográficas da família.

Os resultados da pesquisa levaram à seguinte conclusão: O N analisado não garantiu uma estimativa estatística de risco real, contudo os resultados alcançados ante os fatores de vulnerabilidade neurofuncional (DL e TDA/H) e social (VD), inquietam e reclamam pesquisas e programas de prevenção em saúde mental junto a educadores. São fatores responsáveis pela evasão escolar precoce, por desordens na formação pessoal e social do indivíduo e custo social alto.

* **Maria Adelaide de Freitas Caires** é diretora da ONG Ação Ciência e Saúde Social, psicóloga, mestre e autora do livro *Psicologia jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas*.

Construir a qualidade na educação infantil

* **Rivania Kalil Duarte**

Discutir a construção da qualidade da escola pública, como tema neste Congresso, demonstra a intenção, por parte dos profissionais de educação do município de São Paulo, de aprofundar reflexões e discussões voltadas a mudanças, que se fazem necessárias em vários aspectos do cotidiano escolar, para que a

educação pública, em seus avanços e reformulações, continue tendo como norte o respeito aos direitos de nossos alunos, profissionais e comunidade.

Na avaliação desta qualidade, alguns aspectos se destacam: a democratização da gestão escolar, a formação, prática pedagógica, condições de trabalho e salário dos profissionais, espaço físico escolar, ambientes educativos, equipamentos e mobiliários existentes

nas escolas, processos avaliativos, entre outros. Nesta oportunidade, iremos abordar as relações entre prédio (área interna), área externa e atividade humana desenvolvida no âmbito escolar, que poderão ter efeitos positivos ou dificultar o trabalho educativo, a depender da interferência de seus usuários no planejamento de sua construção e nas transformações que o prédio vem a sofrer em virtude de ampliações ou reformas e na organização dos espaços institucionais, tomados como instrumentos de ação intencional.

Muitas vezes, por serem planejados sem considerar a especificidade do atendimento que será oferecido e não havendo possibilidade de intervenção dos usuários, acabam por apresentar desdobramentos na qualidade, por desencadear uma relação passiva e desmoti-

vadora, na qual esses usuários se vêm mergulhados num universo de paredes, móveis e utensílios distribuídos e dimensionados ao acaso ou por decisões de pessoas pouco envolvidas e desconhecedoras das dinâmicas cotidianas de uma escola. Ao contrário, com a participação dos envolvidos, é favorecida a sua apropriação por profissionais, comunidade e crianças, ampliando o universo de conhecimentos e experiências compartilhadas, possibilitadas nesses espaços públicos de interações, que têm na criança pequena, seu principal elemento dinamizador.

* **Rivania Kalil Duarte** é diretora de escola e mestre em Educação e professora universitária.

Alcoolismo e uso indevido de drogas na adolescência: todos são responsáveis

* **Dr. Claudio Jerônimo da Silva**

Prevenção do uso de substância psicoativa é uma matéria ainda pouco pesquisada e cujas dúvidas são maiores do que as certezas.

A prevenção pode ser compreendida dividindo-a de forma didática em três seguimentos: prevenção universal, prevenção seletiva e prevenção indicada.

A prevenção universal diz respeito às ações que atingem a todos de um modo geral e da mesma forma. As evidências apontam que as políticas públicas são as mais eficazes deste grupo. A prevenção seletiva são ações dirigidas a grupos especiais que compartilham características de proteção ou do uso para o uso de substâncias. A prevenção indicada é voltada para o indivíduo visando fortalecer nele fatores que o protejam do uso.

Quais funcionam melhor? Pouco se sabe, mas pesquisas apontam que a prevenção universal atra-

vés das políticas públicas são mais eficazes. Mas é certo que determinados grupos, dos quais se destacam os adolescentes, compartilham fatores de risco importantes e que merecem intervenção. É certo também que um indivíduo com estruturas psicológicas cognitivas funcionais é menos propenso a experimentar ou usar drogas.

De quem é a responsabilidade? A teoria da complexidade de Edgard Morin nos esclarece que é melhor enxergar o que é complexo sem entendê-lo como complicado. Prevenção é uma tarefa complexa que exige esforços de diferentes setores: a escola; a família; a estrutura psicológica, mas também passa pela falta de políticas públicas que regulem o mercado, principalmente do álcool, que é a primeira droga usada pelos adolescentes.

* **Dr. Cláudio Jerônimo da Silva** é professor e atua no Núcleo de Ensino da Uniad/Departamento de Psiquiatria e na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Alcoolismo e uso indevido de drogas na adolescência: todos são responsáveis

** Helena Maria Becker Albertani*

O uso de drogas faz parte do conjunto de questões com as quais o educador contemporâneo precisa se preocupar. Não como um fenômeno inédito na vida humana, mas como integrante da cultura atual com novos significados.

Nem todo consumo de drogas implica em problemas, embora não haja uso isento de riscos. Para avaliá-los é preciso considerar as interações entre a substância, a pessoa que a consome e as circunstâncias em que o faz.

Na maioria dos casos, o envolvimento de jovens com drogas tende a ser passageiro. A experimentação ou o uso recreativo constitui, muitas vezes, um dos itens de consumo no processo da construção da identidade jovem.

A postura mais indicada não é a intolerância às drogas, como se fosse possível e necessário eliminá-las, mas aprender a conviver com elas, procurando, de forma realista e eficiente, diminuir os riscos e danos associados ao uso indevido.

O uso nocivo e a dependência de drogas não são fruto de uma decisão individual, isolada de um contexto. Componentes biológicos, psíquicos e emocionais da pessoa interagem com as situações do âmbito familiar, escolar, social, político, cultural. Nesta dinâmica de inter-relações, o adolescente pode assumir comportamentos que acarretam maiores ou menores riscos à sua saúde física e mental e à sua participação social.

Não se trata, portanto, de encontrar culpados, mas de identificar os “fatores de risco”, que fazem com que certas pessoas, quando comparadas a outras, tenham mais chances de fazer uso de drogas de forma prejudicial. Diante disso, é possível buscar alternativas e fortalecer os “fatores de proteção”, que diminuem essas possibilidades. Desenvolver habilidades sociais, fortalecer vínculos afetivos, procurar adiar o pri-

meiro contato com as drogas, mesmo as lícitas como o álcool e o tabaco, adotar hábitos mais seguros quando decidir beber, como se alimentar antes, beber poucas quantidades e espaçadamente, não dirigir após o consumo, são alguns exemplos de como é possível reduzir os riscos e prevenir o desenvolvimento da dependência.

Se o uso indevido de drogas na adolescência, ou em qualquer faixa etária, é um fenômeno de múltiplas causas, sua solução também o é.

** Helena Maria Becker Albertani* é mestre em Educação, especialista em adolescência e em prevenção do uso de drogas, orientadora educacional; professora de ensino fundamental, médio e superior; e ex-coordenadora-geral de Prevenção da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)

Colorindo e musicalizando a creche e a escola de educação infantil

Colorindo a creche e a escola de educação infantil

*** Cleide Catelan Gonzalez**

A escola, muitas vezes, estabelece limites à livre expressão das crianças, impondo cores, determinando quais devem ser utilizadas na pintura, preocupando-se em excesso com a organização do ambiente e com a sujeira que provavelmente ocorrerá. Constituem-se assim, esteriótipos colorísticos. O lidar com as cores, que poderia ser uma atividade prazerosa e instigante no sentido de levar a criança a novas explorações, desafiando-a, torna-se um fazer sem muita significação para ela, embotando a criatividade e a imaginação.

Apresento uma proposta de atuação nas Escolas de Educação Infantil, buscando um trabalho com a cor que supere a situação de restrição, sugerindo caminhos que ofereçam às crianças oportunidades de descobrirem um mundo multicolorido com experiências ricas e desafiadoras, num ambiente que favoreça a livre expressão, provoque a curiosidade e facilite a busca da autonomia. Antes de atuar junto aos alunos, proponho um trabalho de sensibilização dos educadores.

A vivência se torna essencial para eles reconhece-

rem-se como seres inacabados e criativos que podem transformar-se, abrindo novos caminhos na busca de um diálogo consigo mesmo e com o mundo. Vivenciando a linguagem através das cores, os educadores tornam-se mais sensíveis ao universo expressivo infantil. Este trabalho aponta para uma escola aberta a todas as formas de expressões, que busque construir situações significativas de ensino/aprendizagem, que seja democrática e permita a todas as cores, existentes e inexistentes (que um dia surgirão a partir de “mãozinhas desajeitadas”), ingressarem em seu interior e conviverem com as crianças tornando-as mais felizes.

O professor dessa escola irá reconhecer em si a capacidade de criar, imaginar outros modos de agir, outras formas de apropriação e criação de significações, romperá com o estabelecido, perceberá o quanto é prazeroso buscar e refletir a cada descoberta. Sua chave mestra será a observação constante e paciente, na busca da compreensão do significado das produções de seus alunos.

*** Cleide Catelan Gonzalez** é pedagoga, psicopedagoga (PUC/SP), professora, orientadora educacional e diretora de ensino.

Musicalizando a creche e a escola de educação infantil. Da linguagem pré-verbal à verbal, uma construção numa perspectiva psicopedagógica

*** Gloria Toyoko Aoki**

O desejo de construir um projeto que abarcasse outras formas de expressão além da linguagem verbal, levou-me a escolher a música como excelente via a ser explorada nesta faixa etária. Sendo o som o primeiro elo de comunicação do bebê, pois ele tem condições fisiológicas para ouvir já na 20ª semana de gestação,

percebi o quanto é importante trabalhar a música na creche, pois a linguagem musical precedendo a expressão verbal atinge os bebês numa esfera em que a razão e o raciocínio ainda não penetram devidamente. É a linguagem vinculada às emoções, pois os bebês se interessam pelas vozes, captam o seu conteúdo emocional e o ritmo e a altura do som afetam sua sensibilidade apesar de ainda não captar o significado das palavras.

A música constitui excelente caminho integrador, sendo possível atingir várias facetas do desenvolvimento, pois possibilita trabalhar as relações sociais, a linguagem verbal, o movimento, as artes plásticas e até criar e desenvolver potencialidades musicais. A música também pode ser entendida como um objeto transicional, podendo suprir as necessidades de maternagem da criança institucionalizada. Nesse caso, a música pode recordar a presença confortadora da mãe, tão necessária no processo de individualização da criança. Busquei entender esta fase na sua totalidade: cognição, afeto e corpo.

O conceito de múltiplas inteligências, mais especificamente a musical, veio de encontro com este projeto, pois possibilita um ambiente educacional mais amplo, para o exercício desta competência. vivências, por acreditar que o professor precisa apropriar-se dos

conhecimentos, tornar-se co-autor, internalizá-los para externalizá-los em - É importante trabalhar com o som, por ele estar presente nas primeiras relações do bebê com o mundo.

A musicalização é uma grande medidora, que facilita a construção verbal no processo de alfabetização e ajuda o indivíduo a dialogar com as suas emoções, fantasias e as relações afetivas, ampliando as possibilidades de sentir, criar e ser no mundo. – A música articulada às atividades plásticas, dramáticas e corporais, possibilita um exercício de flexibilidade levando o indivíduo a descobrir novos sentidos de criação. – Há premissa do professor usar o recurso musical como um poderoso instrumento, permitindo à criança desenvolver-se e construir conhecimentos.

* **Gloria Toyoko Aoki** é pedagoga e psicopedagoga (PUC-SP).

Culturas híbridas nas escolas: um diferencial de qualidade

Pensar a cultura mestiça na escola: multiculturalismo e movimentos sociais

* **Lourival dos Santos**

Diante da atual crise de modelos e paradigmas da educação brasileira, há que se ousar nas propostas de intervenção social da escola pública nas comunidades onde estão inseridas.

Não apenas os modelos educacionais, mas o próprio conceito tradicional de cultura está em cheque. O acesso às novas tecnologias da educação permite, por exemplo, que uma pessoa iletrada no interior da Amazônia possa partilhar de eventos internacionais e sentir-se parte de uma comunidade planetária. Os incidentes como o 11 de setembro, a invasão do Iraque por tropas estadunidenses e o combate ao terrorismo tornam-se temas relevantes para grupos distantes e aparentemente desconexos.

Esse acesso às informações e a relativização de

valores sociais mediante o contato com outras culturas nos impelem a pensar de forma menos dual. Não é mais possível dizer que somos ou fazemos uma ou outra coisa, mas que podemos ser ou fazer uma e outra coisa. Ou dito de uma forma já usada por outro pensador: nossas raízes não devem mais se comportar como a de árvores que se fincam profundamente, num só eixo, enterradas no solo. Ao contrário, devemos ser como rizomas que são árvores adaptadas às áreas alagadas, como mangues, que espalham suas raízes para todos os lados e para fora.

As experiências históricas das culturas latino-americanas em geral e a brasileira em particular, suscitam reflexões muito relevantes para esse tema. Temos um “pensamento mestiço” que pode ser uma vantagem em tempos de globalização. Nós brasileiros não somos católicos ou espíritas, católicos ou praticantes do can-

domblé, brancos ou negros. No lugar de “ou” podemos dizer sempre “e”. Essa ambigüidade que se manifesta em nosso carnaval ou no jogo de futebol constitui em uma vantagem cultural inestimada, mal aproveitada em nossos sistemas educacionais.

Observando a educação em movimentos populares, pode-se notar que eles têm tido muito mais sucesso na formação de quadros críticos que nossas escolas tradicionais – públicas ou privadas. Infelizmente esses movimentos e manifestações culturais costumam se desen-

volver completamente à margem da cultura escolar.

A interação da escola com os movimentos sociais e culturais, dentro e fora de suas comunidades pode ser a saída para esse divórcio entre a escola e a sociedade real e, conseqüentemente contribuir para o aumento da qualidade de ensino em nossas comunidades. Isso implica em atitude corajosa dos educadores para sairmos do presente marasmo.

* **Lourival dos Santos** é doutor em História Social pela USP.

Educação etnocêntrica ou anti-racista? Reflexões preliminares

* **Waldete Tristão Farias Oliveira**

A alteração trazida à Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica no currículo das escolas tem provocado uma série de reflexões sobre a sua implementação e popularização. O mesmo pode se dizer a respeito do Parecer CNE/CP nº 003/2004, destinado aos administradores dos sistemas de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino, sejam eles dos sistemas público ou privado de ensino.

Tais documentos se destinam também às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para que neles possam buscar orientações, quando pretenderem dialogar com as escolas e educadores, no que diz respeito às relações raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

A partir daí, acredita-se que a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, de posturas e de valores educarão cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – sejam eles descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na

construção de uma nação democrática, na qual todos tenham igualmente seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Nesta perspectiva, as condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para a realização de uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

É importante destacar que quando se fala em “educação das relações raciais” não se trata de mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeu, por um africano, mas da ampliação do foco dos currículos escolares reconhecendo a diversidade cultural, racial, social e econômica da sociedade brasileira. Sendo assim, cabe às escolas incluir no contexto diário dos estudos e atividades aquelas que reconheçam as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, de raiz africana e européia bem como dos descendentes de asiáticos.

Assim, será fundamental que os diversos profissionais que compõem o cenário escolar sejam envolvidos na discussão sobre as relações raciais na qual possam refletir, inicialmente, sobre a sua própria experiência de formação com pessoas brancas e negras, desde a sua infância. O que aprenderam com elas, o que sabem sobre elas e isto significa entrar em contato a voz da família, a voz de seus professores e de seus colegas para refletir sobre sua prática pedagógica sob outro ângulo, o da diversidade.

* Waldete Tristão Farias Oliveira é pedagoga e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ex-bolsista do Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford - 2004/2006 e coordenadora pedagógica em Centro de Educação Infantil (CEI).

As possibilidades de propostas realistas de inclusão escolar

Serviço de Apoio à Inclusão: a experiência da Apae de São Paulo

*** Beatriz Rizek**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de São Paulo mantém atendimentos especializados para dar suporte às atividades curriculares de alunos com diagnóstico de deficiência mental, que frequentam sala regular de ensino - é o serviço de apoio à inclusão, que funciona desde 1999. Esta palestra será fei-

ta uma breve descrição deste serviço, enfatizando a abordagem ecológica da aprendizagem, sob a ótica das múltiplas inteligências.

*Beatriz Rizek é pedagoga, mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP); pós-graduada em Psicopedagogia, com Especialização em Psicomotricidade; pesquisadora da Escola do Futuro/USP e coordenadora pedagógica do Serviço de Apoio à Inclusão Escolar da Apae de São Paulo.

Pessoas com deficiência: inclusão social e educação inclusiva

*** Ginez Garcia**

Na história da humanidade, houve épocas em que os diferentes, entre eles as pessoas com deficiência, eram simplesmente eliminados. Posteriormente, embora abolidas as eliminações, a desqualificação da diferença como “anormalidade” e sua aplicação ideológica limitou a vida de indivíduos e reduziu a efetiva realização das potencialidades humanas daqueles que se desviavam da “normalidade”, os quais passaram, então, a serem “protegidos” e separados do convívio social. Mais recentemente, surgiu o movimento de integração, que já pregava a inserção social, mas desde que o indivíduo pudesse adaptar-se ao meio. Hoje, no entanto, o movimento mundial pela participação e inclusão social considera a deficiência como expressão da diversidade humana e, respeitando ritmos e limitações, coloca a questão no âmbito da afirmação de direitos. Dessa forma, não é o sujeito que precisa adaptar-se à sociedade e sim a sociedade que precisa adaptar-se às especificidades dos indivíduos.

Na área da Educação, com esse novo quadro conceitual e situacional, não se pode mais admitir a se-

gregação e a discriminação escolar de alunos com deficiência, sob qualquer pretexto ou alegação. Além disso, a Educação Inclusiva não se restringe ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, pressupondo a melhoria das práticas educativas para todos os alunos e para o conjunto da escola.

Na efetivação de políticas educacionais verdadeiramente inclusivas, o apoio educacional especializado é ferramenta importante. Deve ser realizado por profissionais, em contraturnos, e não substitui as aulas regulares e tampouco o professor. Nesse processo, as escolas podem contar também com a participação complementar de instituições especializadas em determinadas deficiências e, assim, as antigas “escolas especiais” passam a ter um novo e importante papel, ou seja, o de apoio à irreversível inclusão escolar, se valendo do acúmulo de conhecimento técnico e até científico.

* **Ginez Garcia** é psicólogo, consultor na área de deficiências, foi supervisor técnico da área de deficiências na Secretaria de Assistência. Social da Prefeitura de São Paulo e titular da Assessoria da Pessoa com Deficiência da Prefeitura de Santo André.

Formação de docentes na modernidade: existem soluções para velhos problemas?

** Maria Otília Guimarães Ninin*

A formação de docentes se constitui, hoje, em um dos temas mais discutidos e pesquisados na área acadêmica. Inúmeras são as pesquisas dedicadas a analisar a sala de aula, focalizando, especificamente, atividades de formação, quer como prática de ensino em cursos de graduação quer em serviço. Discute-se a formação profissional dos educadores para o século XXI, os dilemas e desafios que constantemente permeiam suas atividades, em busca de novas perspectivas, capazes de superar a complexidade que é o educar.

E superaríamos essa complexidade? Isso é possível?

Edgar Morin (1991/2003) discute a complexidade e afirma que ela é, ao mesmo tempo, o todo e as partes. Tudo se encontra em uma rede de relações e interdependência que não nos permite pensar de modo fragmentado o que nos cerca. Nada existe isoladamente, mas sempre em relação a algo ou a alguém. Os princípios de autonomia e de dependência se articulam em cada indivíduo, para mostrar que ele é social e individual, biológico e cultural, em todas as situações das quais participa. Essa é a perspectiva que nos leva à complexidade: a idéia de que educar corresponde a processos conscientes de transformação, capazes de ques-

tionar todo e qualquer padrão fragmentado e, ainda tão presentes em nossa sociedade.

Buscando suporte em Morin, é possível afirmar que essa complexidade nunca será de todo superável, pois na medida em que nos aproximamos da superação, novos desafios nos surgem e exigem que pensemos prospectivamente, projetando o futuro a cada instante. Esse é o movimento incessante que cabe, hoje, aos educadores e a todos os que se preocupam com a formação docente: preparar para a complexidade, para entender que a construção linear do conhecimento já não mais existe e que as diferentes esferas socioculturais não nos permitirão, jamais, voltar ao modelo estrutural do conhecimento em pequenos compartimentos, encapsulados e estanques. Nesse sentido, a formação docente não mais se constitui em formar o docente como um ser acabado e pronto, mas em inseri-lo em contextos que propiciem discussões sobre suas próprias ações, de modo que, ao entendê-las e fundamentá-las, seja possível projetar novas proposições para o ensino, voltadas à diversidade que se faz presente na sociedade atual.

** Maria Otília Guimarães Ninin* é licenciada em Matemática e Pedagogia, especialista em Didática do Ensino Superior, mestre e doutora em Linguística Aplicada.

** Umberto de Andrade Pinto*

Considerando o tema geral do 18º Congresso do SINPEEM – “Educação pública: qual a qualidade que faz a diferença?” – e a temática da mesa redonda “Formação de docentes na modernidade: existem soluções para velhos problemas?”, a presente exposição busca problematizar os processos formativos docentes frente aos desafios postos para oferecer à população brasileira um ensino público de qualidade.

Parte do entendimento do conceito de qualidade articulado ao princípio de elevação do preparo intelectual das classes trabalhadoras e do conceito de modernidade vinculada à historicidade da sociedade brasileira. Analisa a especificidade dos cursos de formação inicial de professores e os processos de formação contínua, estabelecendo os seus limites.

Ao analisar os processos de formação docente no local de trabalho enfatiza sua articulação com as condições materiais institucionais e as condições de ação

de seus agentes – alunos e professores. Considera que os desafios do ensino público na atualidade passam pela compreensão da escola enquanto instituição social e estatal marcada a todo o tempo pela determinação histórica e pelas demandas e reivindicações sociais em contextos específicos. Deste modo, entende-se que em última instância, o significado que a escola assume perante a sociedade deve atender aos anseios dos alunos e responsáveis, mediatizados pela interferência de

seus educadores como profissionais do ensino.

Identificar os limites da intervenção docente em diferentes contextos escolares implica, justamente, em refletir sobre os processos formativos dos professores em serviço que podem alargar ou conter esta intervenção.

* **Umberto de Andrade Pinto** é doutor em Educação, professor e pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie e está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação de Educadores (Gepefe) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

Conectando a Matemática: desmistificando um bicho-de-sete-cabeças

Brincando com a Matemática e multiplicando o saber

* **Silvio Gomes Bispo**

A Matemática sempre foi vista como um “bicho-de-sete-cabeças”. Esta visão, transmitida socialmente, fez da Matemática um instrumento de exclusão social, dirigida a poucas pessoas. Contrariando essa visão, esta apresentação tem o objetivo de mostrar que a Matemática pode e deve ser trabalhada em sala de aula de maneira lúdica, para que haja uma significação no aprendizado, o relacionando ao cotidiano dos alunos, pois, dessa maneira, é possível, cada vez mais, aprender brincando e socializando.

Para que isso ocorra, é relevante que o professor leve em consideração ao desenvolver seu trabalho, o conhecimento de mundo trazido pelo aluno e ao preparar as aulas ter clareza dos objetivos que pretende atingir. Dessa maneira, é interessante que as aulas sejam desenvolvidas em grupos, buscando estimular as hipóteses e estratégias pessoais das crianças, para que assim possa aproveitar as diferentes informações trazidas por eles.

Assim sendo, é fundamental o uso de brincadeiras e jogos na perspectiva de resolução de problemas, pois essas atividades visam desenvolver habilidades tais como: reconhecer, comparar, perceber, localizar, construir, identificar, explorar, interpretar, produzir, representar, analisar etc., pois atuando nesta perspectiva, o professor estará levando para a sala de aula a possibili-

dade de acompanhar as mudanças e transformações nas aprendizagens ocorridas pelos seus alunos.

Sabe-se que o jogo é um importante recurso pedagógico, pois proporciona ao aluno não só a construção do conhecimento matemático, mas também a compreensão do papel coletivo na produção desse conhecimento e das regras que fazem parte dessa construção. A natureza, e, por conseguinte, a criança em estado natural conhece bem suas necessidades que são: em primeiro lugar, agir, construir e se desenvolver atuando e construindo. Desse modo, o interesse dela é, antes de qualquer outra coisa, jogar.

A tendência lúdica é essencial à natureza da infância. A necessidade de brincar permite reconciliar a escola com a vida, possibilitando ao aluno o interesse pelo trabalho escolar. Ou seja, é a partir de uma necessidade que se cria o interesse, e o jogo é a chave mestra desse processo, sendo um meio de despertar o interesse. É no ato de jogar, na ação concreta, na interação com outras crianças, na intervenção em sua realidade que a criança pensa sobre os objetos do conhecimento. Sendo assim, adquire novos saberes sobre si mesma, sobre os papéis sociais e sobre as regras da vida em grupo.

* **Silvio Gomes Bispo** é mestre em Educação pela Universidade Metropolitana de São Paulo e graduado em Matemática e Pedagogia.

Conectando a Matemática na vida: um jeito de desmistificar um bicho-de-sete-cabeças

*** Egidio Trambaiolli Neto**

A Matemática, assim como outras áreas de estudos, é vista de um modo desconexo em grande parte de seu estudo. Há uma preocupação velada em expor alguma conectividade com o cotidiano, mas muitas vezes esbarramos no óbvio, o que para muitos revela uma face evidente e desinteressante.

Falar de Matemática não é só levar o aluno à feira, a medir o comprimento da quadra ou falar da geometria de uma pipa. É fazer uma análise mais profunda do que mais está envolvido, é mudar o panorama, a ótica... é analisar o consumo, o desperdício, o número de pessoas que vai à feira, é analisar do ponto de vista do feirante, é avaliar todo o trâmite desde o produtor até à mesa. É observar uma quadra em seu formato, suas medidas, as normas que determinam formas e posições de linhas demarcatórias; é estudar o esporte, a prática e até as questões físicas e fisiológicas. É também montar uma pipa; verificar as formas geométricas e da mesma maneira ava-

liar a simetria, a estrutura, os ângulos e as curvaturas.

É fundamental tratar a Matemática como instrumento e não meramente como objeto de estudo. Desse modo, o usuário poderá utilizá-la como ferramenta multiuso e não como artifício para conseguir algo de uma forma óbvia ou penosa e pouco estimulante.

Enfim, é preciso desenvolver um olhar investigativo para que se possa descobrir a Matemática intrínseca e útil em cada elemento ou fenômeno estudado. Mas isso tem de partir da percepção, de um novo sentido que deve ser trabalhado para que o aluno sinta o prazer da descoberta, o desafio do diagnóstico e a proficiência do uso, de um modo natural e prazeroso. Despertando esse novo sentido, a Matemática deixará de ser um bicho-de-sete-cabeças e passará a ronronar por entre seus neurônios.

*** Egidio Trambaiolli Neto** é pedagogo, matemático, químico, bioquímico e astrofísico. Autor pelas editoras Atual, FTD, Escala Educacional, Cortez, Saber, Zoom e Uirapuru. Colaborador das revistas Nova Escola, Mecatrônica Fácil e do programa Jovens Cientistas da TV Cultura.

PROJETOS PEDAGÓGICOS

DIA 19/09 - 8h30 ÀS 12h30

Super-herói – vote e escolha o melhor!

EMEE VERA LÚCIA APARECIDA RIBEIRO
Integrantes do projeto: Roseli Gonçalves do Espírito Santo e Hebe Yukari Nakamura

Durante o segundo semestre de 2006, a mídia abordou amplamente a campanha eleitoral brasileira. Porém, não nos bastava apenas “traduzir” ao nosso aluno surdo os nomes dos políticos, que cargo almejavam e suas propostas. O nosso objetivo era que nossos alunos vivenciassem um processo de eleição, passando pelo conhecimento dos candidatos, a história de cada um (biografia), suas características e opiniões até o voto final. Principalmente que o aluno reflita e questione posturas e posições, valores morais e atitudes pessoais.

Devido à idade dos alunos e a fase de desenvolvimento emocional e psicológico optamos por trabalhar com *super-heróis* como sendo os candidatos a eleição. Decidimos colocar também alguns *anti-heróis*, ou personagens rotulados como sendo “do mal”, “do contra”, pois assim nos possibilitaria trabalhar a ambigüidade, a reflexão e a comparação de idéias e posturas. Em uma “assembléia” geral, por sorteio, cada turma ficou respon-

sável por alguns personagens. Cada professora pesquisou e se organizou de maneira a garantir que seus alunos conhecessem o herói ou vilão e fizessem a caracterização física, emocional, psicologia e histórica desses.

Começou a campanha eleitoral, a panfletagem e distribuição de “santinhos”, sempre acompanhados de seu número para votação e de um slogan de campanha criado juntamente com os alunos.

Em seminários as turmas expuseram para os demais alunos os personagens que lhe cabiam apresentar e persuadiam os demais a votarem em seu candidato.

Todos os alunos receberam um “título de eleitor” com nome e número.

Para a votação utilizamos um programa de computador desenvolvido especialmente para isso e um computador da unidade escolar.

Após a apuração dos votos, pudemos trabalhar quem foi o herói, estatísticas, gráficos com o número de votos de cada candidato, englobando várias áreas do conhecimento: língua portuguesa, geografia, história, artes, além de um trabalho com ética, cidadania, diversidade etc.

Dê asas à musicalização

EMEI PADRE BENNO HUBERT STOLLENWERK

Em “Dê asas à musicalização” mostraremos experiências de iniciação musical na educação infantil.

A música precisa ser tratada como aliada dos professores na resolução de desafios que são constantes em nossas salas de aula, como indisciplina, falta de

concentração e, até mesmo, atitudes agressivas de nossos alunos.

O trabalho com música é muito prazeroso e enriquecedor, além de introduzir professor e alunos numa atmosfera mais alegre e harmoniosa.

Conheça um pouco deste mundo e o torne parte de sua prática!

Uma história é feita de muitas histórias: 50 anos da Emei Ricardo Gonçalves

EMEI RICARDO GONÇALVES
Projeto de: Vera Tomasulo Bruno

Sentir-se parte integrante de um grupo é essencial ao ser humano. Assim, construímos nossa identidade que é ao mesmo tempo individual e coletiva. Acreditando nisso, a escola buscou, ao chegar ao seu cinquentenário, através de narrativas de pessoas que viveram este espaço em tempos diferentes, conhecer mais sobre nossa escola, pois é na observação do caminho percorrido e de como temos respondido que encontramos o sentido de nossa história.

Várias ações foram realizadas como: entrevistas com ex-funcionários (em DVD), análise de documentos e histórico da educação infantil, exposição de fotos da escola, confecção de mosaico, convidando as crianças e funcionários a deixarem sua “marca” nos muros da escola, criação de um logo com as crianças que representasse os 50 anos, mas foi com a construção coletiva de um Tear (1,80 x 1,80), com a participação de funcionários, crianças e pais, que simbolizamos a rede tecida por todos nós na construção desta história que é também um pouco da história da educação infantil do município de São Paulo.

Oficinas de férias

CCI CORA CORALINA
*Integrantes: Bárbara Popp,
Carolina de Sousa Leis Frontini,
Cristiane Aparecida Lopes Frias,
Mariana Aparecida Ramos*

Objetivando aproveitar o período de férias, realizamos durante duas semanas uma programação especial de oficinas abrangendo as mais diversas linguagens. As crianças de cada estágio foram divididas em três grupos que fizeram rodízio pelas oficinas, nos períodos da manhã e da tarde, com duração de uma hora cada uma, acontecendo simultaneamente. Cada oficina se repetiu 03 vezes durante o projeto para que todos os grupos

pudessem participar. Mantivemos, diariamente, em cada período uma oficina fixa de brincadeira livre, realizada em diversos espaços diferentes, sendo muito apreciada pelas crianças. que puderam ter contato com espaços e brinquedos diferentes dos habituais.

Cada professor foi responsável por realizar uma ou mais oficinas de acordo com suas habilidades; argila, música, ginástica, origami, história, sucata, aquarela etc. Todos os docentes participaram, regendo ou auxiliando.

O aspecto principal deste projeto foi a interação que possibilitou troca entre crianças de diferentes faixas etárias e contato com professores de outros estágios. O encerramento se deu com um passeio ao teatro para assistir a peça “Aladim”.

DIA 20/09 - 8h30 ÀS 12h30

Autonomia, responsabilidade e solidariedade: vivenciando a assembléia de crianças

EMEI GABRIEL PRESTES

É difícil para o professor, o coordenador e o diretor sair de uma posição previamente estabelecida, do seu lugar no discurso da pedagogia, para colocar-se no lugar de quem reflete sobre a sua prática, de quem “tece saber”, oportunizando ao aluno “tecer o seu saber”, sem negar o contexto social. É hora de a educação tornar outros referenciais.

Assim nasceu o projeto pedagógico da Emei Gabriel Prestes, que tem como princípios norteadores a autonomia, a responsabilidade e a solidarie-

dade, que se insere na perspectiva da educação democrática como direito de todos e que se fundamenta na concepção de que a criança é um sujeito portador de saber, capaz de fazer suas escolhas e de responsabilizar-se, individual e coletivamente, por elas. Assim sendo, a vivência das assembléias de crianças constituem-se no ápice da aplicação desses conceitos.

Educar nesta dimensão é, antes de tudo, reconhecer em si e no outro um sujeito de direito, buscando no convívio respeitoso com as diferenças individuais a construção do sujeito coletivo.

Formiguinha

CEI CANTÍDIO NOGUEIRA SAMPAIO

Integrantes do projeto: Ana Cristina de Crescêncio, Cleide Marina Orlando, Clorinda Falcioni

“Pela primeira vez, o homem compreendeu realmente que é um habitante do planeta e, talvez, deva pensar ou agir sob novo aspecto, não somente sob o de indivíduo, família ou gênero, Estado ou grupo de Estados, mas também sob o aspecto planetário.” (Vernadski)

Nosso projeto consiste na coleta de óleo saturado e na coleta seletiva, contamos com a participação das crianças, dos pais, funcionários, comerciantes do entorno, parcerias com a ***Secretaria do Verde e do Meio Ambiente**, subprefeitura, coordenadora, ONGs e as cooperativas de catadores do bairro.

O CEI tornou-se um pólo de arrecadação e encaminhamento do material. As ações sem fins lucrativos priorizam a formação da criança e a sensibilização da comunidade, instituindo novos valores e novos referenciais.

Nossos objetivos:

- sensibilizar a criança e propiciar vivências para as várias situações de reciclagem: criação de brinquedos, jogos, etc.
- orientar para que a comunidade cuide de seu próprio ambiente: limpando seu quintal, selecionando seu próprio lixo, cuidando de sua calçada, se responsabilizando pelas suas ações diárias.

- incentivar e ensinar que a coleta de óleo saturado é urgente, pois contribui para que esse material não seja despejado na rede de esgoto.
- valorizar a profissão de catadores de recicláveis e oportunizar o intercâmbio das parcerias estabelecidas com os pais desempregados.

Nosso caminhar:

- oficinas de artesanato com materiais recicláveis.
- palestras e debates com equipes da Secretaria do Verde e da Coordenadoria de Educação.
- peça teatral – O Mágico de Oz, revisitando o meio ambiente.
- mostra cultural – exposição das produções das crianças realizadas em sala de aula sobre o projeto do meio ambiente;

- passeios ecológicos com as crianças.
- mostra cultural – exposição das produções das crianças.
- passeata do Verde – a passeata é o encerramento do Projeto com a rearborização do bairro. Parceria com * **SVMA**.

Os avanços esperados são mudanças de comportamento e hábitos das crianças e da comunidade, percebendo a importância da coleta seletiva, da coleta do óleo e do reaproveitamento dos materiais para a preservação do nosso planeta.

Outro avanço esperado é a melhoria do meio em que vivemos, com relação a beleza e limpeza do bairro. Para tanto, as ações de rearborização, de coleta seletiva do lixo e do óleo significam uma importante mudança neste contexto.

Ciências na educação infantil: descobrimo a natureza e seus mistérios

EMEI CARMEN DA SILVA

A escola encontra-se em processo de transformação e reflexão sobre os tempos, os espaços e currículo de educação infantil encaminhando a reorganização curricular, nos tempos e espaços da escola através das reflexões sobre as práticas educacionais. A meta para o ano 2007 é o espaço destinado para a Sala de Ciências.

Para contemplar e sustentar este desafio, o PEA intitulado “Reestruturação, redimensionamento e reorganização dos tempos, dos espaços e do currículo com ênfase na Cultura Infantil” tem como eixo o estudo sobre Ciências na Educação Infantil e o trabalho com as múltiplas linguagens, além da metodologia de trabalho com projetos.

Por se tratar de um tema abrangente, que pode ser

abordado em várias vertentes permitiu estimular o espírito investigativo em nossas crianças, através da metodologia científica, ampliando o conhecimento, além de valorizar o protagonismo infantil.

A proposta do projeto “*Descobrimo a natureza e seus mistérios*” nasceu do interesse das crianças pelos fenômenos naturais. A empolgação e o interesse foram marcantes em todo o desenrolar do trabalho desenvolvido. O envolvimento efetivo das crianças favoreceu a construção de conceitos, o levantamento de hipóteses, a resolução de problemas e a elaboração de conclusões pertinentes, sempre estruturadas sob a ótica do pensamento infantil. A aplicação do método científico permitiu a vivência e a observação, na prática, de como ocorrem os fenômenos naturais, favorecendo a pesquisa e aprofundamento do tema abordado, a realização de experimentação e o confronto de percepções.

Ciências na educação infantil: pondo a mão na massa!

EMEI JARDIM MONTE BELO

*Integrantes do projeto: Karina dos Santos Cabral
e Daniela Costa Ramos Pissai*

Sabemos que muito ainda temos a aprender sobre as linguagens de conhecimento que envolvem as crianças na educação infantil. Temos refletido e pensado muito sobre as práticas de oralidade, leitura, escrita; sobre a arte, o afeto, a música, a dança, o movimento, e sobre a linguagem matemática. Mas ainda nos falta muita discussão acerca do conhecimento científico e como ele pode se tornar acessível e interessante para as crianças.

Foi buscando cursos, leituras e trocando experiências sobre o assunto que desenvolvemos, a partir do material do projeto “Mão na massa”, algumas seqüências e projetos didáticos que têm como foco a pesquisa científica e a experimentação. Em nossa Emei, crianças pequenas passaram a pesquisar sobre animais de maneira sistemática, a ouvir textos informa-

tivos nas rodas de leitura, a fazer oficinas de laboratório com misturas e fenômenos químicos, e a pensar sobre a física através das bolhas de sabão e do transporte de água.

Os resultados foram surpreendentes. Crianças do 1º, 2º e 3º estágios demonstraram, a partir das atividades, grande facilidade, curiosidade e entendimento das ciências naturais. E nós, professoras, antes tão distantes desse universo, nos tornamos um pouco mais íntimas da linguagem científica. Acreditamos que um trabalho planejado, que investe no registro e no potencial criativo das crianças, é bem sucedido, inclusive em áreas que parecem tão complexas para nós, como a física e química.

Foi por achar tão rica essa experiência que resolvemos compartilhar o que fizemos, estudamos e registramos com outros colegas. Esperamos que através dessa partilha, outros educadores possam conhecer e aventurar-se a trabalhar as Ciências Naturais com suas crianças pequenas.

Ser – valorização do “eu”

CIEJA VILA SABRINA

Nos anos de 2006 e 2007, propomos aos alunos trabalhos em que haja a valorização do “eu”, em que percebam que são capazes de produzir, escrever, apresentar textos poéticos e aprender a língua portuguesa e uma língua estrangeira (espanhol). O primeiro trabalho consta de um currículo em forma de

poesia elaborado pelos alunos.

A partir de uma música que marcou a vida dos alunos, propomos a elaboração de um portfólio. Finalmente, elaboramos e estamos oferecendo um curso de língua espanhola para os alunos com a finalidade de desenvolver e apurar sua capacidade de interpretação/compreensão. Todos os trabalhos têm como objetivo desenvolver o gesto de leitura e de escrita dos alunos.

DIA 20/09 - 14h30 ÀS 17h30

Musicando: um novo olhar para as práticas pedagógicas no CEI

CEI INCONFIDENTES

*Integrantes: Adriana Sperati,
Mônica Felix do Nascimento,
Edna Ribeiro dos Santos, Telma Rodrigues dos Santos,
Renata Blasquez Monte Alegre*

Após algumas reflexões sobre o trabalho realizado em outros anos o grupo de professores percebeu a necessidade de resgatar a linguagem musical como contribuição para a percepção da criança como meio expressivo culturalmente marcado, e que também se percebessem como produtores e transformadores dessa cultura e apreciadores ativos. Queríamos romper com a idéia de usar a música para somente marcar rotinas e como fundo para brincadeiras. Que o momento da escuta musical fosse considerado uma atividade, sem idéia de imobilidade incluída.

Para tanto buscamos ampliar e diversificar o repertório musical das crianças, valorizando as músicas da cultura popular de diversos gêneros e criando situações e possibilidades de exploração do universo sonoro que nos envolve cotidianamente, tais como: escuta de sons do ambiente; atividades de produção de sons corporais e com diversos materiais; incentivo à escuta de diversos gêneros musicais e instrumentos; confecção de objetos sonoros; sonorização de histórias e encenação de músicas da cultura infantil.

A partir destas experiências e de inúmeras outras a criança se entenda como produtora da linguagem musical e suas possibilidades expressivas ligadas ao movimento.

Envolvidos: crianças de todos os grupos (0 a 3 anos), professores, com a colaboração dos demais funcionários e comunidade.

Acolhimento: um momento de várias vivências

EMEI PROFESSORA DINAH FERNANDES COSTA

*Integrantes do projeto: Ana Lucia Rodrigues Cardoso,
Isabel Cristina Rodrigues da Silva,
Solange Cordeiro dos Santos, Andréa Paulo Monteiro,
Arlete Ferreira da Silva,
Valéria Cristina Alves de Almeida e Oliveira
e Alridelucia Aparecida Bertolini*

O acolhimento ocorre no momento da chegada da criança na escola. A fim de proporcionar às crian-

ças um momento diferenciado, as professoras organizaram e planejaram uma seqüência de atividades para a semana.

O objetivo foi de uma melhor interação social entre as crianças, motivando-as com atividades diversas, ampliando o seu repertório musical, de histórias, brincadeiras e brincadeiras e garantindo o desenvolvimento das várias linguagens. Sendo assim, a chegada na escola tornou-se um momento alegre e prazeroso onde as crianças se sentem felizes e seguras.

Períodos de adaptação com a mãe dentro da escola

EMEI ROSA E CAROLINA AGAZZI

“Adaptar é deixar-se modificar pelo outro, pelo ambiente, pelo objeto de conhecimento, é deixar o novo entrar e desarrumar o que estava seguro.” (Juliana Davini)

Quando o ano se inicia, vivemos na escola de educação infantil um momento rico, delicado, intenso: o período de adaptação. Pais, alunos, educadores projetam expectativas, desejos e vivem medos e angústias diante das mudanças, do desconhecido. Para que se estabeleça uma relação de confiança é necessário construir vínculos. Isso só é possível quando dialogamos com

todos os atores envolvidos nesse processo: pais, mães, crianças, professoras, funcionários. Assumimos, então, este desafio.

Começamos a pensar sobre os elementos desse processo: a escola – a família – a criança. Buscamos as contribuições da psicologia e pedagogia valorizando a presença dos objetos transacionais. Convidamos as mães, pais, irmãos, tias e avós para permanecerem na escola até que as crianças se sentissem seguras. Realizamos oficinas, reuniões, atendimentos individuais, murais, planejando e desenvolvendo atividades que valorizassem a interação escola/família. A apresentação do Projeto visa falar sobre a importância da presença das mães na escola, durante o período de adaptação.

